



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA

Exma. Senhora,

Presidente da Comissão C

Cedelizia Faria dos Santos

N/referência: 442 /VI/3ª/2025

N/processo:

Data: 30 /10/2025

Assunto: Envio Relatório e Parecer Setorial

A Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança tem a honra de Enviar a Vossa Excelência o Relatório e Parecer setorial sobre proposta de Lei n.º 23 /VI/ (3ª) Orçamento Geral do Estado para 2026

Junto se anexa o referido relatório.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Comissão

Domingos Augusto "DEKER"

Deputado

04/11/2025
Hau Cao A
Pec. Com C. pal

P/ incluir os recomendações de com B no relatório parecer de com e e anexa juntamente

04/11/2025

Entrada na Mesa
Data 5/11/2025
Hora 08h12
...O Presidente...



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

Proposta de Lei

N.º23/VI/(3ª)

Orçamento Geral do Estado para 2026
Parecer Setorial da Comissão B
30 de outubro de 2025



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

ÍNDICE

1.	Introdução	2
2.	Enquadramento Jurídico e Político	5
3.	Designação da Relatora	6
4.	Análise Setorial	7
4.1	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	7
4.2	Gabinete de Fronteiras Terrestres e Marítimas	11
4.3	Ministério de Defesa	13
4.3.1	F-FDTL	19
4.3.2	Instituto de Defesa Nacional	24
4.4	Serviço Nacional de Inteligência	28
4.5	Autoridade de Proteção Civil	33
4.6	Secretariado G7+	35
4.7	Ministério do Interior	37
4.7.1	PNTL	43
5.	Consultas e Contributos	51
6.	Conclusões	58
7.	Recomendações	63
8.	Parecer	68
9.	Aprovação do Parecer Setorial	68
10.	Anexos	69-92

X

Smith



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

1. Introdução

A presente iniciativa legislativa, designada como Proposta de Lei n.º23/VI/(3ª) – *"Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026"*, doravante qualificada como "PPL", foi objeto de aprovação pelo Conselho de Ministros em 30 de setembro de 2025 e, subsequentemente, submetida à consideração do Parlamento Nacional.

O Orçamento Geral do Estado para 2026 apresenta todas as receitas e despesas dos órgãos e serviços do Setor Público Administrativo para o período compreendido entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de 2026, sendo composto pelo Orçamento da Administração Central, pelo Orçamento da Segurança Social e pelo Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 prossegue a estratégia de implementação das prioridades previstas no Programa do Governo, sob o lema ***"Investir na Transformação Nacional, na Integração Regional e no Desenvolvimento Inclusivo"***. Ela é formulada com base nos Objetivos Estratégicos do IX Governo Constitucional, orientando-se para promover o desenvolvimento socioeconómico através de investimentos em infraestruturas estratégicas, no fortalecimento do setor económico e em iniciativas destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos. O Orçamento reflete o compromisso do Governo em impulsionar um crescimento sustentável, inclusivo e capaz de gerar benefícios para todos os timorenses.

Com a adesão de Timor-Leste à ASEAN confirmada, a estratégia orçamental assume uma dimensão regional, reforçando a competitividade nacional e criando condições para alargar as oportunidades do setor privado. Esta abordagem está alinhada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011 – 2030) e com o Programa do IX Governo Constitucional, dando continuidade aos investimentos de capital em infraestruturas prioritárias e integrando reformas essenciais — como a nova legislação de aprovisionamento e contratos públicos e a introdução de contratos plurianuais — que visam melhorar a eficiência da execução orçamental e a qualidade dos resultados.

A Proposta de Lei mantém o regime de isenções fiscais que abrange aquisições estratégicas do Estado, como armas e munições destinadas às forças de segurança, despesas médicas

X

smh



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

realizadas no estrangeiro, doações provenientes de parceiros internacionais e rendimentos de agentes de cooperação no âmbito de acordos celebrados com a República Democrática de Timor-Leste.

Nos termos da Nota de Admissibilidade N.º 43/2025/DIPLN, elaborada no dia 1 de outubro de 2025, mediante despacho da Sua Excelência a Presidente do Parlamento Nacional, de 6 de outubro de 2025, a PPL foi remetida à presente Comissão Especializada Permanente, a Comissão B, para a elaboração de Parecer Setorial.

A análise incidiu sobre as dotações orçamentais afetas às entidades sob a responsabilidade política da Comissão B, nomeadamente:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC) e Vice-Ministra para os Assuntos da ASEAN;
- Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas);
- Ministério da Defesa, Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) e Instituto de Defesa Nacional (IDN);
- Serviço Nacional de Inteligência (SNI);
- Autoridade de Proteção Civil (APC);
- Secretariado do G7+;
- Ministério do Interior, Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e Serviço de Migração (SM).

A Comissão B — Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança — apreciou a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano fiscal de 2026, nos termos da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, do Regimento do Parlamento Nacional e da Lei do Orçamento e Gestão Financeira Pública.

Para a apreciação e audiências da referida iniciativa legislativa, realizada em outubro de 2025, a composição da Comissão B foi a seguinte:



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

(Quadro 1: Composição da Comissão B)

PRESIDENTE DA COMISSÃO	Domingos Augusto “Deker”	CNRT
VICE-PRESIDENTE	Luís Roberto da Silva	KHUNTO
SECRETÁRIA	Sancha Margarida Tilman	PD
DEPUTADOS	Maria Rosa da Câmara “Bi-Soi”	CNRT
	Bendita Moniz Magno	CNRT
	Marcos Soares Martins	CNRT
	Natalino dos Santos Nascimento	CNRT
	Lídia Norberta dos Santos Martins	FRETILIN
	David “Mandati” Dias Ximenes	FRETILIN
	Florentino Ximenes da Costa “Sinaraí”	FRETILIN
	Ermenegilda da C. Laurentina	PLP

A supra referida composição da Comissão B assegura, em razão da matéria em apreciação e nos termos da Deliberação do Parlamento Nacional n.º3/2023, datada de 5 de junho¹, as competências necessárias para a elaboração do Parecer Setorial.

Apresentamos, infra, a Agenda das Audiências realizadas pela Comissão B:

¹ Alterada pela Deliberação do Parlamento Nacional n.º5/2023, de 11 de julho de 2023.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

DATA	HORAS	ENTIDADES	LOCAL
20 de out.25	09h	▪ Ministério dos Negócios estrangeiros e Cooperação ▪ Vice-Ministra para Assuntos ASEAN ▪ (ACT-L) Agência de Cooperação de Timor-Leste ▪ (CED) Centro de Estudos Diplomáticos	Sala de Conferencias do Parlamento Nacional
	15h	▪ (GFM) Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	
21 de out.25	09h	▪ Ministério da Defesa ▪ F-FDTL ▪ (IDN) Instituto de Defesa Nacional	
	15h	▪ (SNI) Serviço Nacional de Inteligência	
22 de out.25	09h	▪ (SEPC) Secretario de Estado da Proteção Civil ▪ (APC) Autoridade da Proteção Civil	
	15h	• Secretariado do G7+	
30 de out.25	15h	▪ Ministério do Interior ▪ PNTL ▪ (SM) Serviço de Migração ▪ Apreciação e Aprovação do Relatório e Parecer Setorial da Comissão B	

No presente parecer, a Comissão adota um formato conciso, enfatizando a articulação entre objetivos estratégicos e alocação orçamental, com recomendações técnicas objetivas.

2. Enquadramento Jurídico e Político

A iniciativa legislativa em apreço deu entrada no Parlamento Nacional a 1 de outubro de 2025, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º1, do artigo 97.º e n.º1 do artigo 145.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (doravante “CRDTL”), em correlação



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

legal, com o art. 52.º da Lei n.º2/2022, de 10 de fevereiro, “Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública”² (doravante “LEO”).

A iniciativa legislativa toma a forma de proposta de lei (PPL), é assinada pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Finanças, e contém a menção da sua aprovação em Conselho de Ministros em 30 de setembro de 2025, obedecendo ao formulário das propostas de lei nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 11.º da Lei n.º1/2002, de 29 de junho, a Lei da Publicação dos Atos (LPA) e, por complemento, cumprindo o disposto nos artigos 90.º, n.º1 do 91.º e n.º2 do 96.º do RPN.

A iniciativa legislativa foi admitida e remetida à Comissão de Finanças Públicas, a Comissão C, para apreciação e às demais Comissões Especializadas Permanentes para submissão de Parecer Setorial. A iniciativa foi tramitada de harmonia com as regras estabelecidas nos artigos 162.º a 169.º do RPN.

Nos termos da Nota de Admissibilidade N.º 43/2025/DIPLN, elaborada no dia 1 de outubro de 2025, mediante despacho da Sua Excelência a Presidente do Parlamento Nacional, de 6 de outubro de 2025, a PPL foi remetida à presente Comissão Especializada Permanente, a Comissão B, para a elaboração de Parecer Setorial.

Neste quadro, a Comissão B exerce as suas competências relativamente aos setores da política externa, defesa, segurança interna, proteção civil, inteligência nacional, Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas, e Secretariado G7+, conforme solicitada pela Nota de Admissibilidade N.º 43/2025/DIPLN.

3. Designação da Relatora

Para a elaboração do presente Parecer Setorial observou-se o estatuído nos artigos 32.º e 34.º do Regimento do Parlamento Nacional (doravante “RPN”), e a Sua Excelência o Presidente da Comissão B designou a **Distinta Deputada Sancha Margarida Tilman**, como Relatora do Parecer Setorial.

² Alterado pela Lei n.º17/2023, “Primeira alteração à Lei n.º15/2022, de 21 de dezembro, Orçamento Geral do Estado para 2023, e à Lei n.º2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública, e segunda alteração à Lei n.º8/2008, de 30 de junho, Lei Tributária” e pela “Lei n.º21/2023, de 27 de dezembro, Orçamento Geral do Estado para 2024”.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

4. Análise da Proposta de Lei do OGE por Entidade

4.1 *Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)*

4.1.1 *Execução OGE 2025 por categoria económica*

Até meados de outubro de 2025, incluindo compromissos e obrigações, a execução orçamental do MNEC atingiu os 82.7%. Do total executado, os Salários e Vencimentos (88.8%), Bens e Serviços (78.1%), Capital Menor (85.7%), enquanto o Desenvolvimento de Capital, que foi previsto \$500.000 dólares, continua a ser executado (0.0%).

A maior dotação orçamental e despesa da categoria Bens e Serviços ocorreu em cinco rubricas, com uma taxa média de execução de 62.8%. Estas rubricas são: **Rendas** executada 90% dos fundos \$2,448,388.37, **Representação** – executada 58.9% do valor \$1,246,058.61, **Ajudas de Custo** executado 67.6% de \$1.056.766,00, **Assistência Técnica e Conservação** executada 50.9% de \$3,645,605.00, e **Transportes**, cuja percentagem de execução é de 46.3% de \$1,558,751.00. Outras rubricas da categoria Bens e Serviços receberam menos de 1,000,000.00, com uma taxa média de execução de 47.8%. Em Capital Menor, os recursos alocados de \$688,905.77, utilizados para cobrir despesa única na rubrica **Aquisição de Bens de Capital Móvel**, foram executados em 85.7%. Em Capital de Desenvolvimento, as verbas alocadas de \$500.000.00 para cobertura de despesas na rubrica **Aquisição de Bens de Capital Fixo**, cuja execução se mantém em 0.0%.

4.1.2 *Execução OGE 2025 por categoria do programa*

O orçamento do MNEC para 2025 aposta em dois programas: (1) Política Externa de Timor-Leste e (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional. Estes dois programas estão desagregados em onze (11) subprogramas, conforme descrito na tabela em anexo. No programa de Política Externa de Timor-Leste, foram executados 88.3% dos \$25,941,886.83 dólares alocados ao programa. A maior taxa de execução ocorreu em dois subprogramas: **Facilitação e Coordenação Institucional na Execução da Política Externa** (91.6%) e **Defesa e Promoção dos Interesses de Timor-Leste no Estrangeiro** (91.4%), enquanto o menor desempenho ocorreu no subprograma **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ACTL)**, com uma taxa de execução de (0.0%). Entretanto, o programa Funcionamento e



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Desenvolvimento Institucional, que recebeu uma dotação de \$6,167,610.17 dólares, teve uma taxa de execução de 59%. O valor mais elevado deste programa foi alocado no subprograma Desenvolvimento Institucional, que foi executado com uma percentagem moderada (54.6%) do valor de \$4,945,721.47 dólares. Deste programa, a menor taxa de execução (31.1%) ocorreu no subprograma Regulação e Controlo de Qualidade.

4.1.3 Execução OGE 2025 por categoria orgânica

O orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC) é utilizado para sustentar o funcionamento de quarenta e sete (47) unidades orgânicas, compostas pelo Gabinete de Ministros e Vice-Ministros, o Secretário-Geral, a Direção-Geral e unidades subordinadas, bem como missões diplomáticas que representam Timor-Leste no estrangeiro. A tabela em anexo descreve o desempenho da execução orçamental de cada unidade sob a tutela do MNEC.

Em meados de outubro, vinte e duas (22) unidades orçamentais do MNEC executaram os seus orçamentos com a percentagem máxima (100%). Estas unidades orçamentais são: Consulado-Geral Denpasar, Consulado de Kupang, Embaixada em Washington, Embaixada em Canberra, Consulado em Darwin, Embaixada em Bruxelas, Embaixada em Tóquio, Embaixada em Maputo, Embaixada em Havana, Missão Permanente em Genebra, Embaixada do Vaticano, Missão Permanente da Embaixada em Genebra, CLP UNESCO, Embaixada de Singapura, Embaixada do Vietname, Embaixada em Londres, Embaixada do Laos, Embaixada de Myanmar, Embaixada do Camboja, Embaixada do Brunei, Embaixada da RPDC em Abu Dhabi e Embaixada da RPDC em Angola;

Durante o mesmo período, dezassete (17) unidades orçamentais do MNEC ultrapassaram a taxa de execução de 50%. Estas unidades são: Secretário-Geral, Missão Permanente em Nova Iorque, Embaixada em Lisboa, Embaixada em Jacarta, Consulado-Geral em Sydney, Embaixada em Kuala Lumpur, Embaixada em Bangucoque, Embaixada em Pequim, Embaixada em Manila, Agência Consular em Atambua, Embaixada da Nova Zelândia, Gabinete do Ministro para os Assuntos da ASEAN, Direção-Geral para os Assuntos Bilaterais da Ásia e Oceânia, Direção-Geral para os Assuntos Bilaterais das Américas, Europa e África, Missão Permanente da ASEAN, Embaixada da RDTL na Índia e Consulado-Geral da RDTL na Irlanda do Norte;



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Entretanto, existem também oito (8) unidades orçamentais do MNEC cuja taxa de execução é inferior a 50%, nomeadamente, o Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o Gabinete do Enviado Especial para as Alterações Climáticas, o Gabinete de Inspeção e Auditoria, a Direção de Gestão para Assuntos Multilaterais e outras regionais, a Direção-Geral de Assuntos Consulares e de Protocolo, a Embaixada em Brasília e a Direção-Geral para Assuntos da ASEAN e, finalmente, a Agência de Cooperação de Timor-Leste (ACTL), que se mantém com (0.0%).

4.1.4 Dotação por categoria económica

No Orçamento Geral do Estado (OGE) proposto para 2026, o MNEC recebeu uma verba de \$36,334,526 dólares, ou um aumento de (+13%) ao orçamento do ano fiscal de 2025. Em termos de categoria económica os Salários e Vencimentos constituem o valor de \$22,897,146 que apresenta a percentagem mais elevada (63%) na dotação do MNEC para 2026, Bens e Serviços \$12.437.380 tem uma fatia de 34% e Capital Menor \$1,000,000 de 3% da total dotação.

Em comparação com o orçamento de 2025, os Salários e Vencimentos aumentaram (+35%) e o Capital Menor (+50%), respetivamente. Verifica-se também uma redução significativa na categoria Bens e Serviços (-11%) e Transferências Públicas (-100%) no ano fiscal de 2026 em comparação com o orçamento de 2025. Em particular, a rubrica a Assistência Técnica e Conservação sofre cortes (-13%), Ajudas de Custo (-10%), Representação (-31%) e Rendas (-13%). Na categoria Capital Menor, o orçamento previsto \$1,000,000 dólares para 2026, ou um aumento de 50% face a 2025, destinados à Aquisição de Bens Móveis de Capital.

4.1.5 Dotação por categoria do programa

No ano fiscal de 2026, o MNEC continua a apostar em dois programas: a Política Externa de Timor-Leste e o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional. Ao contrário do ano anterior, existe um subprograma que o MNEC retira da dotação orçamental para o ano seguinte. A descrição completa pode ser observada na tabela em anexo.

Na proposta de OGE para 2026, a maior fatia, representando 79% do orçamento do MNEC, é alocada ao Programa de Política Externa de Timor-Leste, que abrange sete (7)

4

Sum



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

subprogramas, e 21% para sustentar o programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, que se mantém o mesmo do subprograma do ano fiscal de 2025.

O programa de Política Externa de Timor-Leste aumentou (+11%) face a 2025. Ao analisar detalhadamente os subprogramas, observam-se percentagens variáveis, com alguns subprogramas a apresentarem uma redução de (-16%) para (-100%), e apenas um subprograma, denominado Facilitação e Coordenação Institucional na Execução da Política Externa, aumentou acentuadamente para (+34%). Diferente do ano fiscal anterior, o subprograma de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ACTL), não está aparecido na alocação do orçamento de 2026.

4.1.6 Dotação por categoria orgânica

A unidade orçamental do MNEC em 2026 será reduzida para 46% face a 2025, uma vez que o ACTL excluído da dotação orçamental para o próximo ano. Em termos da distribuição do orçamento do MNEC, o montante mais elevado, constituindo 70%, é atribuído ao Secretário-Geral, 1% e 3% à Direção-Geral dos Assuntos Bilaterais da Ásia e Oceânia e ao Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, respetivamente, e abaixo de 1% para Gabinete do Vice-Ministro, Direções do MNEC, incluindo Embaixadas e Representações de Missões Diplomáticas no estrangeiro.

Em comparação com 2025, o orçamento da unidade orçamental do MNEC para 2026 apresenta um aumento e uma diminuição significativos. As unidades orçamentais que receberam uma percentagem positiva são: Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (+19%), Secretário-Geral (+31%), Embaixada em Jacarta (+11%), Consulado-Geral Denpasar (+7,5%), Consulado em Kupang (+32%), Consulado em Darwin (+14%), Embaixada em Havana (+71%), Embaixada no Vietname (+71%), Agência Consular de Atambua (+18%), Gabinete do Vice-Ministro para os Assuntos da ASEAN (+1,6%), Embaixada da RDTL em Angola (+33%), Embaixada da RDTL na Índia (+36%) e Consulado-Geral da RDTL na Irlanda do Norte (+16%). Entretanto, outras unidades orçamentais sofreram cortes com percentagens que variaram entre (-8%) e (-77%), incluindo uma redução radical (-100%) na Agência de Cooperação de Timor-Leste (ACTL).



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

4.1.7 Parceiros de Desenvolvimento

No ano fiscal de 2026, o Governo de Timor-Leste receberá o apoio de três Parceiros de Desenvolvimento: Austrália, Japão e ADB, com um orçamento total de U\$1.546.500. Estes projetos estão sujeitos a supervisão pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC), através de Agência de Cooperação de Timor-Leste (ACTL) e Instituto de Estudos Diplomáticos (IED) cuja existência e funcionamento são questionáveis, pois o ACTL e o IED não constam no PPL OGE 2026 por categoria orgânica do orçamento do MNEC. Uma descrição completa pode ser vista na tabela em anexo.

4.2. Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFM)

4.2.1 Execução por Categoria Económica

Até 17 de outubro de 2025, incluindo compromissos e obrigações, a execução orçamental do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFM) atingiu os 73.2%. Do total executado, Salários e Vencimentos (71%), Bens e Serviços (74%), Capital Menor (72.5%), enquanto Capital de Desenvolvimento e Transferências Públicas, respetivamente (0.0%), devido à inexistência de dotação orçamental de 2025.

A maior dotação e despesa na categoria Bens e Serviços ocorre em três rubricas: Serviços Profissionais, que executou 61.8% dos fundos (\$682,415.52 dólares); Publicações, Cópias e Impressão – executou 95% de \$159,304.48 dólares; e Alimentação, que apresentou uma taxa de execução de 89.2% do valor alocado de \$670,601 dólares. Outras rubricas da categoria Bens e Serviços receberam menos de 50.000,00 dólares, com uma taxa média de execução de 72.7%.

Em Capital Menor, os fundos alocados em \$14,280.00 para cobertura da despesa única da rubrica Aquisição de Bens de Capital Móvel foram executados em 72.5%.

4.2.2 Execução por categoria do programa

O orçamento do GFM para 2025 centra-se em três programas: (1) Garantir Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes com a Indonésia; (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional; e (3) Promoção da Economia Azul de Timor-Leste. A



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

execução orçamental de três programas do GFM ultrapassou os 50%, sendo o programa Garantir Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes com a Indonésia (73.2%), Funcionamento e Desenvolvimento Institucional (71.6%); e Promoção da Economia Azul de Timor-Leste (77.4%).

Recorrendo à Tabela em anexo, a maioria dos subprogramas atingiu uma taxa de execução superior a 50%, exceto o subprograma “Criação de uma biblioteca digital e base de dados sobre fronteiras marítimas”, cuja execução apenas atingiu (33%).

4.2.3 Dotação por categoria económica

No Orçamento Geral do Estado (OGE) proposto para 2026, o GFM recebeu uma verba de \$1,902,010 dólares, um aumento de +7.3% do orçamento do ano fiscal de 2025, cuja os Salários e Vencimentos (\$540,544), Bens e Serviços (\$1,101,466), Capital Menor (\$230,000), enquanto Transferências Públicas e Capital de Desenvolvimento, respetivamente \$0.00.

Na categoria económica, os Bens e Serviços ocupam a percentagem mais elevada (58%) na dotação orçamental do GFM para 2026, enquanto os Salários e Vencimentos (30%) e o Capital Menor (12%).

Do orçamento total, mantêm-se Salários e Vencimentos, e por outro lado, verificam-se aumentos e reduções noutras categorias. Como se pode observar na Tabela em anexo, a categoria Bens e Serviços sofreu uma redução (-7.2%), enquanto o Capital Menor aumentou (+1.500%). A redução na categoria Bens e Serviços ocorreu com maior intensidade nos itens Alimentação (-40%), Serviços Profissionais (-7%) e Edição, Cópias e Impressão (-6%). Por outro lado, verifica-se um aumento na rubrica Ajudas de Custo (+103%). Um aumento de +1.500%, com um orçamento de \$230,000 dólar, da categoria Capital Menor, continua a apostar na rubrica Aquisição de Bens de Capital Móvel.

4.2.4 Dotação por categoria do programa

O Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional recebeu a maior fatia, com uma percentagem (42%) da dotação orçamental total atribuída ao GFM em 2026. Entretanto, o Programa de Promoção da Economia Azul de Timor-Leste e o Programa Assegurar



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes com a Indonésia receberam (30%) e (28%), respetivamente.

Os programas e subprogramas do GPM permanecem inalterados. O orçamento para 2026 continua a apostar nos programas e subprogramas do ano fiscal de 2025. Existem dois programas que sofreram cortes orçamentais: Garantir Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes com a Indonésia (-4%) e Promoção da Economia Azul de Timor-Leste (-11%), enquanto o programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional cresceu fortemente para (+30%). Em particular, o subprograma “Estabelecimento de uma biblioteca digital e base de dados sobre fronteiras marítimas” foi aumentado (+15%) para 2026, embora, por outro lado, a sua taxa de execução (33%), que é consideravelmente mais baixa entre outros subprogramas em 2025.

4.3 Ministério de Defesa (MD)

4.3.1 Orçamento alocado ao Ministério da Defesa para 2026 (PPL OGE 2026)

Par o **Ministério da Defesa** e de acordo com a PPL OGE 2026, é proposta uma alocação orçamental global de **US \$34.600.530**, a distribuir por três programas orçamentais, por três categorias de despesa.

O Governo atribui duas prioridades estratégicas ao Ministério da Defesa para o ano 2026:

- Reparação e manutenção de infraestruturas, equipamentos e materiais militares, incluindo embarcações navais, com uma dotação de USD 5,7 milhões;
- Aquisição de novos equipamentos e materiais para as Forças Armadas, com USD 3 milhões.

4.3.2 Programas do Ministério da Defesa para 2026 (PPL OGE 2026)

Observando a distribuição de verbas pelos três programas deste ministério, temos:



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Tabela 1 - Orçamento do Ministério da Defesa, por Programas, para 2026 (PPL OGE 2026)

N.º	Programa (PPL OGE 2026)	Dotação USD
1	388: Defesa Nacional	US \$14.129.588
2	510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$20.440.942
3	980: Inclusão Social	US \$30.000
Total		US \$34.600.530

Fonte: PPL OGE 2026

Na ótica de programas, o Ministério da Defesas pretende distribuir a totalidade da dotação que propõe para o próximo ano fiscal, por três programas: ao **Programa de Defesa Nacional** aloca **US \$14.129.588**, para o **Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** propõe uma verba de **US\$ 20.440.942** e ao **Programa Inclusão** destina uma alocação de **US \$30.000**.

4.3.3 Subprogramas do Ministério da Defesa para 2026 (PPL OGE 2026)

Ao nível dos subprogramas, o Ministério propõe-se repartir o seu orçamento por seis subprogramas, conforme se ilustra na tabela 2.

Tabela 2 - Orçamento do Ministério da Defesa por Subprogramas, para 2026 (OGE 2026)

N.º	Subprograma (PPL OGE 2026)	Dotação USD\$
1	38806: Defesa Militar	US \$12.787.264
2	38807: Formação e desenvolvimento de recursos humanos na área de defesa e segurança	US \$411.390



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

3	51001: Funcionamento Institucional	US \$.252.465
4	51002: Desenvolvimento Institucional	US \$1.762.699
5	98028: Implementação do NAP - Resolução 1325 (2000) da ONU sobre WPS	US \$45.000
Total		US \$16.258.818

Fonte: Livro Desenvolvimento Orçamentais 2026, p.311 a 313

De acordo com o livro Desenvolvimento Orçamentais para o ano 2026, o Subprograma **Defesa Militar**, obterá uma alocação orçamental de **US \$12.787.264**, uma verba bastante superior aos restantes subprogramas. Este Subprograma inclui duas atividades também bastante onerosas; a **Atividade 388061: Aquisição de Equipamentos e Materiais para os Militares** com orçamento programado de **US \$3.019.381** e a **Atividade 3880612: Reparação e Manutenção de Infraestruturas, equipamentos e Armamento militares** com um orçamento proposto de **US \$5.685.000**.

4.3.4 Orçamento do Ministério da Defesa por Categorias, em 2026 (PPL OGE 2026)

Tabela 3- Orçamento do Ministério da Defesa, por Categorias, para 2026

PPL OGE 2026	
Salários e Vencimentos	US \$3.086.253
Bens e Serviços Correntes	US \$12.288.869
Transferência Pública	US \$500.000
Capital de Desenvolvimento	US \$383.696
Total	US \$16.258.818

Fonte: PPL OGE 2026, P.21

De acordo com a PPL OGE 2026, o Ministério da Defesa inscreve quatro categorias de despesa no seu orçamento para o próximo ano, onde a categoria **Salários e Vencimentos** recebe a maior alocação, de **US \$3.086.253**, seguindo-se a Categoria de **Bens e Serviços** com um orçamento proposto de **US \$12.288.869**, depois a **Categoria Capital Menor** com uma



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

alocação orçamental de US \$383.696 e, por fim, a Categoria de **Transferências Públicas** com alocação orçamental proposta de **US \$500.000**.

4.3.5 Execução orçamental do Ministério da Defesa em 2025

5.3.5.1 Execução do orçamento do Ministério da Defesa, por Programas, até 17 de outubro de 2025

Tabela 4:

Execução do orçamento do Ministério da Defesa, por Programas, até dia 17 de outubro

PROGRAMA	Orçamento	Pago	%
Defesa Nacional	US \$7 253 306,20	US\$3 868 173,74	53,3%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$3 674 771,80	US\$2 817 245,05	76,7%
Inclusão Social	US \$10 000,00	US \$0,00	0,0%
Total	US \$10 938 078,00	\$6 685 418,79	61,12%

Fonte: Portal da Transparência do Orçamento

A taxa de execução real (pagamentos realizados) do Ministério da Defesa, sem contar com as suas obrigações, acumulava **até 17 de outubro do corrente ano 61,1%**, traduzindo pagamentos no montante de **US \$6.685.418,79**. O seu **Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** refletia para o mesmo período uma taxa de execução superior, atingindo já **76,7%**, o **Programa de Defesa Nacional** acusava um nível de execução de **53,3%**, enquanto em igual período temporal, e o **Programa de Inclusão Social** permanecia ainda com uma execução nula (**0,0%**).

4.3.5.2 Execução do orçamento do Ministério da Defesa, por Categorias, até 17 de outubro de 2025

Tabela 5 - Execução do orçamento do Ministério da Defesa, por Categorias, até dia 17 de outubro

Categoria	Orçamento	Pago	%
Salários e Vencimentos	US \$3 086 253	US \$1 613 608,06	52,3%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Bens e Serviços Correntes	US \$6 462 525	US \$4 388 874,67	67,9%
Capital Menor	USD \$589 300	US \$540 000	91,6%
Capital de Desenvolvimento	US \$800 000	US \$142 936,06	17,9%
Total	US \$10 938 078	US \$6 685 418,79	61,12%

Fonte: Portal da Transparência do Orçamento

A taxa de execução global real (pago) do Ministério da Defesa, por categorias acumulava até ao dia 17 de outubro deste ano 61,12%, equivalente a uma execução orçamental de US \$6.685.418,79. A Categoria de **Capital Menor** já atingia nesse mesmo período uma taxa de execução muito razoável de **91,6%**, seguindo-se a categoria de **Bens e Serviços Correntes**, com uma taxa de execução também razoável, de **67,9%**, depois a categoria de **Salários e Vencimentos** apresentava um nível de execução modesta de **52,3%**, e, finalmente, a categoria do **Capital de Desenvolvimento** revelava uma taxa de execução muita fraca de **17,9%**.

4.3.5.3 Comparação entre o orçamento por Programas do Ministério da Defesa para 2025 e 2026 (a PPL OGE 2026)

Tabela 6 - Comparação da Dotação do Orçamento Geral do Estado 2025 e a Dotação da PPL OGE 2026 por Programas

PROGRAMA	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	Variação %
	Dotação	Dotação		
388: Defesa Nacional	US \$7 781 041	US \$13 198 654	US \$5 417 613	+69,6%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$3 147 037	US \$3 015 164	-US \$131 873	-4,2%
980: Inclusão Social	US \$10 000	US \$45 000	+US \$35 000	+350,0%
Total	US \$10 938 078	US \$16 258 818	+5 320 740	+48,64%

Fonte: PPL OGE 2026, p.21, OGE 2025 p.16.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

De acordo com a dotação orçamental inscrita na PPL OGE 2026, o **Programa Defesa Nacional** registará no próximo ano um aumento de **69,6%**, correspondente a uma variação positiva de **USD 5.417.613**, face à dotação recebida para o corrente ano, passando para US \$13.198.654. A verba destina-se às atividades de Aquisição de equipamentos e materiais militares, Reparação e manutenção de infraestruturas, Equipamentos e armamentos militares (Livro de Desenvolvimento Orçamental, p. 311).

Para o **Programa de Funcionamento Institucional** o ministério propõe uma redução de **(-4,2%)** no próximo ano, fixando a correspondente dotação em US \$3.015.164. Esta diminuição poderá estar relacionada com o reajustamento do quadro de pessoal, em particular no âmbito da **Atividade 5100206 – Gestão de Recursos Humanos** (Livro de Desenvolvimento Orçamental, p. 311).

Para o **Programa de Inclusão Social** é proposto um aumento orçamental significativo para o ano 2026, passando de US \$10.000 em 2025, em 2025 para US \$45.000 em 2026, o que representa uma variação positiva de **+US \$35.000**. Este acréscimo está associado ao reforço da participação das mulheres nas operações de consolidação da paz (Livro de Desenvolvimento Orçamental, p. 311).

4.3.5.4 Comparação entre o orçamento por Categorias do Ministério da Defesa, para o ano 2025 e 2026 (OGE 2026)

Tabela 7 - Comparação entre o orçamento do Ministério da Defesa, por Programas, aprovado para o ano 2025 e o proposto para 2026 (PPL OGE 2026)

Categorias	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	% Variação
	Dotação	Dotação		
Salários e Vencimentos	\$3,086,253	\$3,086,253	\$,00	0,0%
Bens e Serviços Correntes	\$7,051,825	\$12,288,869	\$5,237,044	74,3%
Transferências Públicas		\$500 000		
Capital Menor	\$,00	\$,00	\$,00	0,0%
Capital de Desenvolvimento	\$800,000	\$383,696	-\$416,304	-52,0%
Total	\$10,938,078	\$16,258,818	\$5,320,740	48,6%

Fonte: PPL OGE 2026, p.21 e OGE 2025 Publicado no JR p. 16



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

De acordo com a tabela anterior, a categoria **Salários e Vencimentos** mantém o montante para o ano 2026, indicando que não estarão previstos novos recrutamentos de pessoal para o próximo ano.

A categoria **Bens e Serviços** regista um aumento orçamental de **+74,3%** em relação a 2025, refletindo o reforço das despesas operacionais do Ministério.

A categoria **Transferências Públicas**, que não recebeu dotação em 2025, passa a contar, no ano 2026, com uma alocação de **US \$500.000**, destinada a apoios às organizações da resistência (gerações patrióticas).

Por sua vez, a categoria de **Capital Menor** continuará sem dotação orçamental no ano 2026, mantendo-se a ausência de investimentos em ativos fixos, enquanto a dotação da categoria de Capital de Desenvolvimento observará um corte orçamental muito expressivo, de **(-52,0%)**.

4.3.6 FALINTIL – Forças de Defesa de Timor – Leste (F-FDTL)

De acordo com a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 (PPL OGE 2026), F-FDTL, prevê orçamento global alocado de USD 36.447.792, distribuído para três programas e três categorias orçamentais.

4.3.6.1 Orçamento alocado às F-FDTL na PPL OGE 2026

De acordo com a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 (PPL OGE 2026), F-FDTL, prevê orçamento global alocado de USD 36.447.792, distribuído para três programas e três categorias orçamentais.

4.3.6.2 Programas das F-FDTL para 2026 (PPL OGE 2026)

Tabela 1 - Programas das F-FDTL para o ano 2026 (PPL OGE 2026)

N.º	Programa (PPL OGE 2026)	Dotação USD
1	388: Defesa Nacional	US \$14.129.588



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

2	Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$20.440.942
3	Programa 980: Inclusão Social.	US \$30.000
Total		US \$34.600.530

Fonte: PPL OGE 2026, p. 21

Para o ano 2026, as F-FDTL desagregam o seu orçamento em três programas: **Programa de Defesa Nacional** com US \$14.129.588, **Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** com uma alocação proposta de US \$20.440.942, e o **Programa de Inclusão Social** com um montante de US \$30.000.

4.3.6.3 Subprogramas das F-FDTL para 2026 (PPL OGE 2026)

Tabela 2 – Subprogramas das F-FDTL em 2026 (PPL OGE 2026)

N.º	Subprograma (PPL OGE 2026)	Dotação USD\$
1	Subprograma 38806: Defesa Militar	US \$13.964.888
2	Subprograma 38809: Recursos Humanos afeto à Prestação de Serviços	US \$164.700
3	Subprograma 51002: Desenvolvimento Institucional	US \$20.440.942
4	Subprograma 98028: Implementação do NAP - Resolução 1325 (2000) da ONU sobre WPS	US\$ 30.000
Total		US \$34.600.530

Fonte: Livro Desenvolvimento Orçamentais 2026, p.184

De acordo com o livro orçamental de Desenvolvimentos Orçamentais de 2026 (p.184), as F-FDTL, no próximo ano contarão com quatro subprogramas: o Subprograma de **Defesa Militar** com uma dotação proposta de US \$13.964.888, o Subprograma de **Recursos Humanos** afeto à prestação de Serviços com US \$164.700, o Subprograma de **Desenvolvimento Institucional**, com US \$ 20.440.942 propostos, e o Subprograma de



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Implementação do NAP- Resolução 1325 (2000) da ONU sobre wps com uma alocação de US \$30.000.

4.3.6.4 Orçamento das F-FDTL por Categorias de despesa (PPL OGE 2026)

Tabela 3 - Orçamento das F-FDTL para 2026, por Categorias

PPL OGE 2026	
Salários e Vencimentos	US\$18.734.070
Bens e Serviços Correntes	US \$15.666.460
Capital Menor	US \$200.000
Total	US \$34.600.530

Fonte: PPL OGE 2026, P.21

De acordo com a PPL OGE 2026, as F-FDTL distribuem o seu orçamento por três categorias, atribuindo à categoria **Salários e Vencimentos** a maior alocação orçamental, de **US \$18.734.070**, seguindo-se a alocação da Categoria de **Bens e Serviços**, com verba proposta de **US \$15.666.460**, e a **Categoria de Capital Menor** com uma alocação orçamental proposta de **US \$200.000**.

4.3.6.5 Execução orçamental das F-FDTL em 2025

Tabela 4 - Execução orçamental das F.FDTL por Programas até 17 de outubro de 2025

PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Defesa Nacional	US \$14 699 123,00	US \$10 610 427,23	72,2%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$21 698 669,00	US \$14 866 201,06	68,5%
Inclusão Social	US \$50 000,00	US \$40 854,50	81,7%
Total	US \$36 447 792,00	US \$25 517 482,79	70%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Fontes: Portal da transparência do MdF

Na tabela acima, destaca-se o **Programa de Inclusão Social** com uma taxa de execução de **81,7%**, o que excelente execução, especialmente quando comparado o desempenho orçamental dos outros dois programas, o **Programa de Defesa Nacional**, com uma taxa de execução real **72,2%**, e o **Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional**, apresenta uma taxa de execução de **68,5%**. Apesar de ter uma execução global da instituição se situar 70%, restam ainda cerca de 2,5 meses até o ano fiscal de 2025 terminar.

4.3.6.6 Execução orçamental das F-FDTL, por Categorias, até 17 de outubro de 2025

Tabela 5 - Execução do Orçamento das F-FDTL por Categorias, até dia 17 de outubro de 2025

Categoria	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	US \$19 145 445,00	US \$13 225 140,41	69,1%
Bens e Serviços Correntes	US \$16 892 177,00	US \$12 292 342,38	72,8%
Capital Menor	US \$410 170,00	US \$,00	0,0%
Total	US \$36 447 792,00	US \$25 517 482,79	70%

Fonte: Portal da transparência do Orçamento

A taxa de execução real da entidade F-FDTL até 17 de outubro de 2025, atingia 70%, apresentando a **Categoria de Salários e Vencimentos** uma taxa de execução real (pagamentos) de **69,1%**, enquanto a **Categoria Bens e Serviços Correntes** refletia uma taxa de execução de **72,8%**, e a **Categoria de Capital Menor** mostrava um nível de execução de **0,0%**, o que é preocupante e que dever merecer uma explicação adequada por parte das F-FDTL.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

4.3.6.7 Comparação entre o Orçamento das F-FDTL em 2025 e a dotação proposta para 2026, por Programas

Tabela 6 - Comparação do Orçamento por Programas OGE 2025 vs. PPL OGE 2026

	OGE 2025	PPL OGE 2026		
PROGRAMA	Dotação	Dotação	Variação	%
Defesa Nacional	\$14 439 123,00	\$14 129 588,00	-\$309 535,00	-2,1%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$21 958 669,00	\$20 440 942,00	-\$1 517 727,00	-6,9%
Inclusão Social	\$50 000,00	\$30 000,00	-\$20 000,00	-40,0%
Total	\$36 447 792,00	\$34 600 530,00	-1 847 262,00	-5,1%

Fonte: OGE 2025, JR, p. 17, PPL OGE 2026, p.21

Globalmente, as F-FDTL reduzirão em 5,1% o seu orçamento para o ano 2026. A variação negativa do orçamento destinado ao **Programa de Defesa Nacional** sofrerá uma redução de -2,1%, o **Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** reduzirá o seu orçamento em -6,9%, e o **Programa de Inclusão Social** sofrerá uma redução orçamental ainda mais significativa, de -40% para o próximo ano.

4.3.6.8 Comparação entre o orçamento das F-FDTL em 2025 e o proposto para 2026 (PPL OGE 2026), por categorias de despesa

Tabela 7 - Orçamento das F-FDTL em 2025 e o proposto para 2026, por Categorias

	OGE 2025	PPL OGE 2026		
Categorias	Dotação	Dotação	Variação	%
Salários e Vencimentos	US \$19,145,445,00	US \$18 734 070,00	-US \$411 375,00	-2,1%

X

Smth



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Bens e Serviços	US \$16 802		-US \$1 135	
Correntes	347,00	US \$15 666 460,00	887,00	-6,76%
Capital Menor	US \$500 000,00	US \$200 000,00	-US \$300 000,00	-60,0%
Total	US \$36 447	US \$34 600	-US \$1 847	-5,1%
	792,00	530,00	262,00	

Fonte: OGE 2025, JR, p. 17, PPL OGE 2026, p.21.

Conforme é possível retirar da tabela acima, as F-FDTL sofrem na PPL OGE 2026 uma redução global da respetiva dotação orçamental, de 5,1%, traduzindo um corte orçamental US - \$1.847.262, corte esse que implica também cortes nas categorias de **Salários e Vencimentos**, de -2,1%, em **Bens e Serviços**, de -6,76%, e em **Capital Menor** com uma grande corte de -60%. O corte na Categoria de Salários e Vencimento, poderá estar associado à uma diminuição do pessoal das Forças Armadas, mas a situação carece de uma explicação da parte de F-FDTL.

4.4 Instituto de Defesa Nacional (IDN)

4.4.1 Orçamento proposto para o IDN para o ano 2026 (PPL OGE 2026)

De acordo com a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 (PPL OGE 2026), o **Instituto de Defesa Nacional** propõe uma dotação orçamental global para o próximo ano fiscal, de US \$1.610.388, a distribuir por dois programas e três categorias orçamentais de despesa.

4.4.2 Orçamento por Programas do IDN para 2026 (PPL OGE 2026)

Tabela 1- Programas do IDN para 2026 (PPL OGE 2026)

N.º	Programa (PPL OGE 2026)	Dotação USD\$
1	388: Defesa Nacional	US \$1.179.623
2	Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$430.765
Total		US \$1.610.388

Fonte: PPL OGE 2026, p. 46



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

O IDN concentra a maior parte da sua dotação orçamental para 2026 no **Programa de Defesa Nacional**, alocando-lhe US \$1.179.623), destinando ao **Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** uma verba de US \$430.765.

4.4.3 Orçamento por Subprogramas do IDN para 2026 (PPL OGE 2026)

Tabela 2 – Subprogramas do IDN para 2026 (PPL OGE 2026)

N.º	Subprograma (PPL OGE 2026)	Dotação USD
1	Subprograma 38812: Estudo, Pesquisa e Formação em Desenvolvimento e Inovação das Políticas de Defesa Nacional	US \$1.179.623
2	Subprograma 51001: Funcionamento Institucional	US \$23,400
3	Subprograma 51002: Desenvolvimento Institucional	US \$387.365
4	Subprograma 51003: Parcerias	US \$20,000
Total		US \$ 1.610.388

Fonte: Livro Desenvolvimento Orçamentais 2026, p.506

O IDN estrutura as suas atividades em torno de quatro subprogramas no ano 2026, os subprogramas de Estudo, Pesquisa e Formação em Desenvolvimento e Inovação das Políticas de Defesa Nacional, com US \$1.179.623, o subprograma Funcionamento Institucional, com uma alocação de US \$23.400, o subprograma Desenvolvimento Institucional, com US \$387.365 e o subprograma Parcerias, com uma alocação US \$20.000.

O **Subprograma Estudo, Pesquisa e Formação em Desenvolvimento e Inovação das Políticas de Defesa Nacional**, é o mais relevante orçamentalmente, representando 73% do total do orçamento do IDN para o próximo ano.

4.4.4 Orçamento do IDN para 2026, por Categorias (PPL OGE 2026)

Tabela 3- Orçamento do IDN para 2026, por Categorias de Despesa

PPL OGE 2026	
Categorias	Dotação USD
Salários e Vencimentos	US \$238.133



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Bens e Serviços Correntes	US \$1.272.255
Capital Menor	US \$100.000
Total	US \$1.610.388

Fonte: PPL OGE 2026, P.46

A categoria **Bens e Serviços Correntes** representará **79%** do orçamento total do instituto no próximo ano, refletindo um foco na sua atividade de formação, capacitação e funcionamento institucional.

Para a categoria **Salários e Vencimentos** é proposta uma dotação de **US \$238.133**, e o Capital Menor dispõe de USD 100.000, destinado a pequenas aquisições e manutenção de equipamentos.

4.4.5 Execução do Orçamento Geral do IDN de 2025

Execução orçamental do IDN, por Programas, até 17 de outubro de 2025

Tabela 4 – Execução do Orçamento por Programas até dia 17 de outubro de 2025

PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Defesa Nacional	US \$910 755,00	US \$695 017,43	76,3%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$430 385,00	US \$359 370,23	83,5%
Total	US \$1 341 140,00	US \$1 054 387,66	78,6%

Fontes: Portal da transparência do Orçamento

A execução global do orçamento do IDN atingia **78,6%** até 17 de outubro de 2025, com destaque para o **Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional**, que apresentava a maior taxa de execução (**83,5%**), seguido pelo Programa de Defesa Nacional com (**76,3%**). A execução é considerada razoável, tendo em conta a média de execução dos organismos públicos no mesmo período.

Signature



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

4.4.6 Execução orçamental do IDN, por Categorias, até 17 de outubro de 2025

Tabela 5- Execução do Orçamento do IDN, por Categorias, até dia 17 de outubro de 2025

Categoria	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	US \$448 061,20	US \$391 177,71	87,3%
Bens e Serviços Correntes	US \$893 078,80	US \$663 209,95	74,3%
Total	US \$1 341 140,00	US \$1 054 387,66	78,6%

Fontes: Portal da transparência do Orçamento

A categoria de **Salários e Vencimentos** apresentava a melhor taxa de execução (**87,3%**), seguindo-se a categoria Bens e Serviços, com **74,3%**. Estes resultados demonstram, numa primeira leitura, uma execução financeira equilibrada entre despesas com pessoal e funcionamento institucional.

4.4.7 Comparação do Orçamento Geral do Estado 2025 e a PPL OGE 2026 por Programas

Tabela 6 - comparação do Orçamento por Programas OGE 2025 vs. PPL OGE 2026

PROGRAMA	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	Variação %
	Dotação	Dotação		
Defesa Nacional	US \$803 944,00	US \$1 179 623,00	US \$375 679,00	46,7%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$537 196,00	US \$430 765,00	-US \$106 431,00	-19,8%
Total	US \$1 341 140,00	US \$1 610 388,00	269 248,00	20%

Fonte: OGE 2025 publicado no JR. P.35 e PPL OGE 2026, p.46.

Sup



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

O Instituto de Defesa Nacional propõe um aumento global do seu orçamento para o ano 2026, de **+20%**, comparativamente a 2025. A variação percentual do **Programa Defesa Nacional** é positiva, fixando-se esse aumento em **+46,7%** (equivalente a US \$375.679), enquanto o **Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** sofrerá uma redução de (-19,8%), no próximo ano fiscal.

4.4.8 Comparação do Orçamento Geral do Estado 2025 e a PPL OGE 2026 por Categorias

Tabela 7 - Comparação entre o orçamento do IDN, por Categorias, de 2025 e o proposto para 2026

Categorias	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	Variação %
	Dotação	Dotação		
Salários e Vencimentos	US \$238 133,00	US \$238 133,00	US \$,00	0,0%
Bens e Serviços Correntes	US \$1 103 007,00	US \$1 272 255,00	US \$169 248,00	15,3%
Capital Menor		US \$100 000,00		
Total	US \$1 341 140,00	US \$1 610 388,00	US \$269 248,00	20%

Fonte: OGE 2025 publicado no JR. P.35 e PPL OGE 2026, p.46.

A **Categoria de Salários e Vencimentos** permanecerá **inalterada**, indicando estabilidade no quadro de pessoal do Instituto.

A **Categoria de Bens e Serviços** regista um crescimento de **+15,3%**, reforçando o investimento em atividades operacionais e de formação.

A introdução da **Categoria de Capital Menor** com **US \$100.000** reflete o interesse em modernizar e melhorar a infraestrutura técnica e logística do Instituto.

4.5. Serviço Nacional de Inteligência (SNI)

De acordo com a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 (PPL OGE 2026), ao **Serviço Nacional de Inteligência (SNI)** é atribuída uma dotação orçamento global de **US \$2.972.196**, para ser alocada a dois programas orçamentais e três categorias de despesa.

4.5.1 Dotação orçamental por Programas proposta para o SNI, para o ano 2026 (PPL OGE 2026)

X

Suph



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Tabela 1- Orçamento do SNI, por Programas (PPL OGE 2026)

N.º	Programa (PPL OGE 2026)	Dotação USD
1	388: Segurança Nacional	US \$1.840.069
2	510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$1.132.127
Total		US \$2.972.196

Fontes: PPL OGE 2026, p. 24

O orçamento do SNI para o próximo ano concentra-se essencialmente no **Programa de Segurança Nacional**, com uma dotação de **US \$1.840.069**, enquanto o **Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** absorve **US \$1.132.127**, para o reforço da capacidade administrativa e operacional da instituição.

4.5.2 Dotação orçamental proposta por Subprogramas para o SNI, para o ano 2026 (PPL OGE 2026)

Tabela 2 – Orçamento do SNI por Subprogramas (PPL OGE 2026)

N.º	Subprograma (PPL OGE 2026)	Dotação USD\$
1	Subprograma 36606: Serviços de Inteligência	US \$1.840.069
2	Subprograma 51001: Funcionamento Institucional	US \$92.000
3	Subprograma 51002: Desenvolvimento Institucional	US \$1.040.127
Total		US \$2.972.196

Fonte: Livro Desenvolvimento Orçamentais 2026, p.2016

O Subprograma 36606 – **Serviços de Inteligência** concentra **62%** do orçamento total, evidenciando o foco do SNI nas atividades de recolha, análise e proteção de informação estratégica.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Os subprogramas de **Funcionamento Institucional e Desenvolvimento Institucional** complementam a estrutura orçamental, com dotações destinadas ao fortalecimento organizacional e técnico do SNI.

4.5.3 Dotação orçamental proposta por Categorias de Despesa para o SNI, para o ano 2026 (PPL OGE 2026)

Tabela 3- Orçamento do SNI por Categorias (PPL OGE 2026)

PPL OGE 2026	
Categorias	Dotação USD
Salários e Vencimentos	US \$1.233.853
Bens e Serviços Correntes	US \$1.278.723
Capital Menor	US \$459.620
Total	US \$2.972.196

Fonte: PPL OGE 2026, P.46

A Categoria de **Bens e Serviços Correntes** representa **43%** do total orçamental, refletindo o peso das despesas operacionais do SNI.

A Categoria de **Salários e Vencimentos** corresponde a **41%** do total, enquanto o **Capital Menor** absorve **16%**, destinando-se a pequenas aquisições e reforço logístico.

Execução orçamental em 2025

4.5.4 Execução orçamental do SNI de 2025, por Programas, até 17 de outubro de 2025

Tabela 4 – Execução do Orçamento do SNI por Programas, até 17 de outubro de 2025

PROGRAMA	Orçamento 2025	Pago	%
Segurança Nacional	US \$1.864.238,30	US \$1.113.490,75	59,7%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$936.179,00	US \$545.449,79	58,3%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Total	\$2 800 417,30	US \$1.658.940,54	59,2%
--------------	-----------------------	------------------------------	--------------

Fonte: Portal da Transparência do MdF

A **execução orçamental** global do SNI até 17 de outubro de 2025 atingia **59,2%**, um nível considerado moderado, tendo em conta o perfil das despesas do setor.

O **Programa de Segurança Nacional** apresentava uma execução de **59,7%**, ligeiramente superior ao **Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional (58,3%)**. Estes valores indicam uma execução lenta, exigindo um esforço adicional à gestão financeira nos últimos 2,5 meses do atual exercício fiscal.

4.5.5 Execução do Orçamento do SNI, por Categorias, até dia 17 de outubro de 2025

A execução por categorias de despesa do SNI é espelhada na próxima tabela:

Tabela 5- Execução do Orçamento do SNI por Categorias, até dia 17 de outubro de 2025

Categorias	Orçamento 2025	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	US \$1.094.967,00	US \$559.128,60	51,1%
Bens e Serviços Correntes	US \$1 382 950,30	US \$1 099 811,94	79,5%
Capital Menor	US \$322 500,00	US \$0,00	0,0%
Total	US \$2.800.417,30	\$1.658.940,54	59,2%

Fonte: Portal da Transparência do MdF

A categoria de **Bens e Serviços Correntes** atingia em meados de outubro deste ano uma execução razoável (**79,5%**), demonstrando eficiência nas despesas de funcionamento. Já a categoria de **Salários e Vencimentos** registava um nível de execução modesto (**51,1%**), o que pode estar associado a atrasos em processos de recrutamento ou pagamentos.

A categoria de **Capital Menor** não obteve execução até à data (**0%**), exigindo da parte do SNI uma justificação para o sucedido e um plano de aceleração da execução, para evitar acumulação de verbas não utilizadas no final do exercício.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

4.5.6 Comparação entre o orçamento aprovado para o SNI para 2025 e o proposto para 2026, por Programas

Tabela 6 - Comparação da dotação orçamental em 2025 e a proposta para o ano 2026, por Programas

PROGRAMA	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Segurança Nacional	\$1 706 264,00	\$1 840 069,00	\$133 805,00	7,8%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$936 179,00	\$1 132 127,00	\$195 948,00	20,9%
Total	\$2 642 443,00	\$2 972 196,00	\$329 753,00	12,5%

Fontes: OGE 2025, publicado no JR p. 19 e PPL OGE 2026, p.24.

O orçamento global do SNI regista um **aumento de 12,5%** face a 2025, equivalente a USD 329.753. O seu **Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** apresenta o crescimento mais significativo **(+20,9%)**, refletindo o reforço da capacidade técnica e administrativa da instituição.

O **Programa de Segurança Nacional** também aumenta **7,8%**, traduzindo o esforço em fortalecer a componente operacional e de segurança estratégica do Estado.

4.5.7 Comparação do orçamento do SNI para 2025 o proposto na PPL OGE 2026 por Categorias de Despesa

Tabela 7 - Categorias

Categorias	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Salários e Vencimentos	\$1 094 967,00	\$1 233 853,00	\$138 886,00	+12,7%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Bens e Serviços Correntes	\$1 224 976,00	\$1 278 723,00	\$53 747,00	+4,4%
Capital Menor	\$322 500,00	\$459 620,00	\$137 120,00	+42,5%
Total	2 642 443,00	\$2 972 196,00	\$329 753,00	+12,5%

Fonte: OGE 2025, publicado no JR p. 19 e PPL OGE 2026, p.24.

A dotação orçamental categoria de **Salários e Vencimentos** regista um aumento de **12,7%**, evidenciando o reforço do SNI em matéria de recursos humanos.

A dotação destinada a **Bens e Serviços Correntes** aumentará **4,4%**, enquanto a de **Capital Menor** tem um acréscimo expressivo de **42,5%**, refletindo o esforço de modernização e aquisição de equipamentos técnicos.

4.6 Autoridade da Proteção Civil (APC)

4.6.1 Execução por categoria económica

Até dia 20 de outubro de 2025, incluindo compromissos e obrigações, a execução orçamental da Autoridade da Proteção Civil (APC) atingiu os 74.5%. Da execução total, Salários e Vencimentos (78%), Bens e Serviços (74%), Transferências Públicas (50.5%), Capital Menor (0.0%), enquanto Capital de Desenvolvimento, pois não há verba prevista no orçamento para o ano fiscal de 2025. O desempenho por categorias e rubricas pode ser visto na página anexa.

4.6.2 Execução por categoria do programa

O orçamento do APC em 2025 aposta em dois programas; (1) Segurança Nacional; e (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional. As execuções orçamentais de dois programas ultrapassaram os 50%, sendo eles: o Programa de Segurança Nacional (72.5%) e o Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional (81.7%).

No Programa de Segurança Nacional, a taxa média de execução dos subprogramas atingiu (66.2%), com progressos significativos no subprograma de Recursos Humanos que afetam a Prestação de Serviços (79.8%), e a taxa de execução mais baixa foi no subprograma de SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL (.0%). Entretanto, no Programa de Funcionamento e

sm



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Desenvolvimento Institucional, a taxa de execução é mais elevada no subprograma de Desenvolvimento Institucional (82.7%) e no subprograma de Funcionamento Institucional (47.6%).

4.6.3 Execução por categoria orgânica

O orçamento da APC é gerido por duas estruturas orgânicas dentro da Autoridade de Proteção Civil (APC), nomeadamente, o Gabinete do Presidente da Autoridade de Proteção Civil e o Comando Nacional de Operações de Proteção Civil.

No orçamento de 2025, o Gabinete do Presidente da APC executou 66.2% do montante de \$370.765,00 atribuído ao Gabinete, e o Comando Nacional de Operações de Proteção Civil também apresentou uma taxa de execução de 76.6% em outubro de 2025.

4.6.4 Dotação por categoria económica

Na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2026, a Autoridade de Proteção Civil recebeu uma dotação de \$7.730.287 dólares, menos (-11%) do que o orçamento do ano fiscal de 2025. Os Salários e Vencimentos constitui verba de \$4,088,246, Bens e Serviços (\$2,877,041) e Transferências Públicas (\$765,000), enquanto Capital Menor (\$0.00).

Da categoria económica, os Salários e Vencimentos ocupam a percentagem mais elevada (53%) na dotação orçamental do APC para 2026, enquanto os Bens e Serviços (37%) e as Transferências Públicas (10%) de 2026. A Tabela em anexo mostra também a redução orçamental em todas as categorias. Os Salários e Vencimentos sofreram uma redução (-11%), os Bens e Serviços (-6%) e o Capital Menor (-100%). A única categoria de Transferências Públicas mantém-se com o mesmo valor do ano fiscal de 2025.

4.6.5 Dotação por categoria do programa

Os programas e subprogramas do APC para 2026, ficam sem alterações do ano fiscal de 2025. O Programa de Segurança Nacional recebeu a maior fatia (83%) da dotação do programa APC para 2026. O Subprograma de Segurança recebeu uma parcela (0.6%), Recursos Humanos que afetam a prestação de serviços (64%), Gestão de Riscos de Catástrofes (32%), Comando Nacional de Operações de Proteção Civil (32%) (0.9%), Unidade Especial da



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Autoridade de Proteção Civil (1.4%), Centro de Formação da Autoridade de Proteção Civil (1%) e SERVIÇO DE PROTEÇÃO CIVIL (0.3%).

O Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional recebeu uma percentagem (17%), dos quais o Subprograma de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional recebeu (3%) e (97%), respetivamente. Os programas e subprogramas sofreram reduções percentuais significativas na Proposta de Orçamento para 2026, conforme se verifica na tabela em anexo.

4.6.6 Dotação por categoria orgânica

Na Proposta OGE para 2026, o Gabinete do Presidente da Autoridade de Proteção Civil recebeu uma dotação de \$209.100 dólares ou sofreu uma redução (-43%) de orçamento de 2025. Além disso, O Comando Nacional de Operações de Proteção Civil também sofreu uma redução percentual (-10%) em relação ao ano fiscal de 2025.

4.7 Secretariado do G7+ (g7+)

4.7.1 Organização Intergovernamental g7+

O g7+ é uma organização intergovernamental de países que promove a paz e a estabilidade através da defesa da eficácia da ajuda e facilita a aprendizagem mútua sobre as boas práticas de desenvolvimento. Criado em 2010, o g7+ serve como uma plataforma para os países afetados por conflitos levantarem coletivamente a sua voz sobre a necessidade de diálogo nacional e de reconciliação para resolver conflitos; defenderem uma cooperação eficaz para o desenvolvimento, baseada nos princípios de apropriação e liderança nacional; e partilharem experiências entre si. Desde 2019 que o g7+ tem o estatuto de observador nas Nações Unidas.

Atualmente, o g7+ conta com vinte (20) Estados-membros: Timor-Leste, Ilhas Salomão, Papua-Nova Guiné, Sudão do Sul, Comores, Somália, Iémen, Afeganistão, Burundi, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Togo, Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa, Guiné, Chade, Haiti, República Centro-Africana e Haiti. Enquanto país membro, Timor-Leste cumpre integralmente as suas obrigações estabelecidas no artigo X da Carta do g7+ sobre "Financiamento do g7+ e dos seus organismos", que se aplicam a todos os países membros.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Timor-Leste presta apoio orçamental ao g7+ há treze (13) anos. Os dados históricos do apoio orçamental do Governo de Timor-Leste ao g7+ podem ser consultados na tabela seguinte.

Ano fiscal	Montante (\$..00)
Proposta OGE 2026	2,000,000
OGE 2025	2,500,000
OGE 2024	2,000,000
OGE 2023	1,000,000
OGE 2022	N/A
OGE 2021	N/A
OGE 2020	1,000,000
OGE 2019	1,500,000
OGE 2018	1,125,000
OGE 2017	2,250,000
OGE 2016	2,250,000
OGE 2015	2,500,000
OGE 2014	7,500,000
OGE 2013	1,500,000
OGE 2012	1,000,000
Total	20,625,000

Fontes: Portal de Transparências, 21 de outubro de 2025

A tabela demonstra que, incluindo a Proposta de Orçamento para 2026, o apoio total do Governo de Timor-Leste ao g7+ é de \$20,625,000 dólares. Possivelmente, em 2021 e 2022, não existe orçamento previsto pelo Governo para o g7+, uma vez que os dados não estão disponíveis no Portal da Transparência, acedido a 21 de outubro de 2025.

Ao classificar a informação na tabela, o apoio mínimo recebido pelo g7+ é de \$1,000,000 dólares em 2012, 2020 e 2023. O apoio no valor de \$1,125,000 dólares ocorreu uma vez em 2018. Em 2013 e 2019, o g7+ recebeu o dinheiro transferido pelo Governo de \$ 1,500,000. Além disso, está também previsto dinheiro no valor de \$2,000,000 dólares para apoiar o g7+ em 2024 para 2026. Em 2016 e 2017, através da categoria Transferências Públicas, o



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Governo auxiliou o g7+ no valor de \$2,250,000 dólares. O valor de \$2,500,000 foram também transferidos em 2015 e 2025, respetivamente. O maior montante de apoio do Governo de Timor-Leste ao g7+ foi de \$7,500,000, tendo ocorrido uma vez em 2014.

Na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2026, o g7+ receberá 2,000,000 dólares, menos (-20%) do que o orçamento do ano fiscal de 2025, que alocado no **Programa 400 – Política Externa de Timor-Leste, Subprograma 40012: Reforçar e fortalecer a gestão e representação dos assuntos de carácter multilateral e regional e Atividade 4001208: Contribuição, Cooperação e Parcerias g7+.**

4.8 Ministério do Interior

4.8.1 Execução por categoria económica

Até 20 de outubro de 2025, incluindo compromissos e obrigações, a execução orçamental do Gabinete de Secretário do Estado para a Proteção Civil (G-SEPC) atingiu os 77.3%. Do total executado, Salários e Vencimentos (74%), Bens e Serviços (95%), Capital Menor, Capital de Desenvolvimento e Transferências Públicas, respetivamente (0.0%), devido à inexistência de dotação orçamental no ano fiscal de 2025.

4.8.2 Execução por categoria do programa

O orçamento do G-SEPC para 2025 foi destinado para um único programa: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional. A execução orçamental do programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do G-SEPC atingiu os 77.3%, o que reflete especificamente a taxa de execução do subprograma - Funcionamento Institucional e de atividade de planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política.

4.8.3 Dotação por categoria económica

G-SEPC é uma unidade orgânica-orçamental do Ministério do Interior. Na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2026, o Gabinete do Secretário de Estado da Proteção Civil (G-SEPC) recebeu uma dotação de \$395,702 dólares ou redução de (-31%) de orçamento do ano fiscal de 2025. Do montante atribuído, os Salários e Vencimentos constituem 312,466 dólares e os Bens e Serviços \$83,236 dólares.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Em comparação com o orçamento do ano fiscal de 2025, o orçamento total atribuído ao G-SEPC para 2026 sofreu uma redução (-31%).

Os Salários e Vencimentos ocupam a percentagem mais elevada (79%) na dotação orçamental do G-SEPC para 2026, enquanto os Bens e Serviços (21%) e outras categorias económicas (0.0%).

4.8.4 Dotação por categoria do programa

O Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, com subprograma de Funcionamento Institucional e na atividade de planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política continua a ser a única prioridade da dotação orçamental do G-SEPC em 2026, embora tenha sofrido (-31%) do ano fiscal de 2025.

4.8.5 Orçamento alocado ao Ministério do Interior, em 2026, pela PPL OGE 2026

De acordo com a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 (PPL OGE 2026), o **Ministério do Interior** tem uma alocação total de **US \$14.477.099**, a distribuir por dois programas e três categorias orçamentais de despesa (Salários e Vencimentos, Bens e Serviços e Capital Menor).

4.8.5.1 Orçamento por Programas do Ministério do Interior para 2026 (PPL OGE 2026)

Tabela 1 - Orçamento do Ministério do Interior para 2026, por Programas (PPL OGE 2026)

N.º	Programa (PPL OGE 2026)	Dotação USD
1	366: Segurança Nacional	US \$11.092.289
2	510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$3.384.810
Total		US \$14.477.099



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Ao **Programa Segurança Nacional**, é proposta para o próximo ano uma dotação orçamental de **US \$11.092.289**, seguindo-se o **Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional**, com uma alocação de **US \$3.384.810**

A nível de subprograma, o Ministério do Interior inscreve seis subprogramas que se listam em seguida:

**4.8.5.2 Orçamento do Ministério do Interior para 2026, por Subprogramas
(PPL OGE 2026)**

Tabela 2 – Orçamento por Subprogramas do Ministério do Interior para 2026 (PPL OGE 2026)

N.º	Subprograma (PPL OGE 2026)	Dotação USD
1	Subprograma 36615: Segurança do Património do Estado	US \$7.597.710
2	Subprograma 36616: Serviço de Migração	US \$1.937.927
3	Subprograma 36617: Segurança rodoviária	US \$110.406
4	Subprograma 36621: Prevenção de conflitos comunitários e construção da paz	US \$1.446.246
5	Subprograma 51001: Funcionamento Institucional	US \$1.493.741
6	Subprograma 51002: Desenvolvimento Institucional	US \$1.891.069
Total		US \$14.477.099

Fonte: Livro *Desenvolvimento Orçamentais 2026*, p.186

De acordo com o livro orçamental *Desenvolvimentos Orçamentais para 2026*, o **Subprograma de Segurança do Património do Estado**, tem mais alocação orçamental de **US \$7.597.710** no próximo ano, e, em relação aos outros Subprogramas, segue-se o **Subprograma Serviço de Migração** com **US \$1.937.927**, e, por fim, o **Subprograma Desenvolvimento Institucional** com uma alocação de **US \$1.891.069**.

8



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

4.8.5.3 Orçamento do Ministério do Interior para 2026, por Categorias (PPL OGE 2026)

Tabela 3- Orçamento do Ministério do Interior, para 2026, por Categorias

PPL OGE 2026	
Categorias	Dotação USD
Salários e Vencimentos	US \$12.208.360
Bens e Serviços Correntes	US \$1.918.739
Capital Menor	US \$ 350.000
Total	US \$ 14.477.099

Fonte: PPL OGE 2026, P.21

De acordo com a PPL OGE 2026, o Ministério do Interior inscreve três categorias de despesa, sendo a categoria **Salários e Vencimentos**, aquela que contará com uma alocação orçamental mais elevada, de **US \$12.208.360**, enquanto a segunda maior de alocação irá para a Categoria de **Bens e Serviços** com orçamento proposto de **US \$1.918.739**, destinando o ministério à **Categoria de Capital Menor** uma verba de apenas **US \$350.000**.

4.8.6 Execução do orçamento do Ministério do Interior em 2025

4.8.6.1 Execução orçamental do Ministério Interior, por Programas, até 25 de outubro de 2025

Tabela 4 – Execução do Orçamento por Programas até dia 25 de outubro de 2025

PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Segurança Nacional	US \$10 256 297,00	US \$8 251 500,46	80,5%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$4 913 164,00	US \$3 355 469,36	68,3%
Total	US \$15 169 461,00	US \$11 606 969,82	76,5%

Fonte: Portal da Transparência do Orçamento



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

A taxa de **execução orçamental** global real do Ministério do Interior cumulativa à data de 25 de outubro de 2025 (sem contar com as obrigações), atingia **76,5%**, equivalendo a despesa a **US \$11.606.969,82**, enquanto o seu **Programa de Segurança Nacional**, atingia **80,5%** e o **Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** atingia um nível de execução de **68,3%**.

4.8.6.2 Execução do Orçamento do Ministério do Interior, por Categorias, até 25 de outubro de 2025

Tabela 5- execução do Orçamento por Categorias até dia 25 de outubro de 2025

Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	US \$12 320 853,29	US \$10 259 268,37	83,3%
Bens e Serviços Correntes	US \$2 067 392,71	US \$1 326 201,45	64,1%
Capital Menor	US \$255 419,00	US \$21 500,00	8,4%
Capital de Desenvolvimento	US \$525 796,00	US \$,00	0,0%
Total	\$15 169 461,00	US \$11 606 969,82	76,5%

Fonte: Portal da Transparência do Orçamento

A taxa de execução real, por categoria de despesa, até dia 25 de outubro, de **Salários e Vencimentos**, apresentava uma taxa de execução muito razoável de **83,3%** comparativamente a outras categorias, designadamente: a Categoria **Bens e Serviços** apresentava uma taxa de execução menos adequada de **64,1%**, enquanto a Categoria de **Capital Menor** apresentava uma modesta de taxa execução de **8,4%**, e, finalmente, a Categoria de **Capital Desenvolvimento** refletia uma taxa de execução ainda nula (0,0%).

4.8.6.3 Comparação do Orçamento Geral do Estado 2025 e a PPL OGE 2026 por Programas

Tabela 6 - comparação do Orçamento por Programas OGE 2025 vs. PPL OGE 2026

PROGRAMA	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	Variação %
	Dotação	Dotação		
Segurança Nacional	US \$10 450 323,00	US \$11 092 289,00	US \$641 966,00	6,1%

Smj



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$4 550 013,00	US 7,318,842,00	-US \$1 165 203,00	-25,6%
Total	\$15 000 336,00	\$14 477 099,00	-US \$523 237,00	-3,5%

Fonte: PPL OGE 2026, p.21, OGE 2025 JR,p.17.

De acordo com a PPL OGE 2026 por Programas, a alocação orçamental destinada ao **Programa Segurança Nacional**, aumentará **+6,1 %** no próximo ano, um aumento equivalente a US \$641.966, ficando assim com um total de orçamento de **US \$11.092.289**. O seu orçamento para o ano 2025 é de **US \$10.450.323**. O aumento. Envolve a “Atividade Gestão dos recursos humanos afeta à prestação de serviços de segurança do património pública, sofrendo o **Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** uma redução orçamental para 2026 de **(-25,6%)**, equivalente a uma diferença negativa de US \$1.165.203.

O orçamento do Ministério do Interior de acordo com a PPL OGE 2026, sofrerá, no seu todo, uma diminuição de **(-3,5%)**, equivalente a US \$523.237, fixando-se em **US \$14.477.099**.

4.8.6.4 Comparação do orçamento do Ministério do Interior para 2025 e o proposto para 2026 (PPL OGE 2026), por Categorias

Tabela 7- Comparação entre o orçamento do Ministério do Interior para 2025 e 2026, por Categorias de Despesa

Categorias	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	Variação%
	Dotação	Dotação		
Salários e Vencimentos	US \$12 276 037,00	US \$12 208 360,00	-US \$67 677,00	-0,6%
Bens e Serviços Correntes	US \$2 158 319,00	US \$1 918 739,00	-US \$239 580,00	-11,10%
Capital Menor	US \$40 184,00	US \$350 000,00	US \$309 816,00	771,0%
Capital de Desenvolvimento	US \$525 796,00			



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

	US \$15 000		-US \$523	
Total	336,00	\$14 477 099,00	237,00	-3,5%

Fonte: PPL OGE 2026, p.21, OGE 2025 JR,p.17

Em termos da comparação entre 2025 e 2026, o Ministério do Interior, na Categoria **Salários e Vencimentos** sofrerá uma **redução (-0,6%)** no próximo ano, não sendo dada nenhuma justificação para esta diminuição, que poderá eventualmente ter a ver com a redução do pessoal ou com a redução de números de funcionários; a Categoria de **Bens e Serviços** também sofrerá uma redução de **(-11,10%)** no seu orçamento, e apenas a categoria de **Capital Menor** beneficiará de um aumento orçamental de +US 350.000.

O **Ministério do Interior** não alocou qualquer verba na Categoria de **Capital de Desenvolvimento** para 2026.

4.9 POLÍCIA NACIONAL DE TIMOR-LESTE (PNTL)

4.9.1 Orçamento de Despesa alocado na PPL OGE 2026

De acordo com a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 (PPL OGE 2026), à Polícia Nacional de Timor-Leste é alocado um total de USD\$ 49.511.296, a distribuir por três programas e três categorias orçamentais (Salários e Vencimentos, Bens e Serviços e Capital Menor).

A repartição da dotação orçamental de despesa da PNTL para o ano 2026, por programas, é a seguinte:

Tabela 1- Programas da PNTL para 2026

N.º	Programa (PPL OGE 2026)	Dotação (USD)
1	Programa 366: Segurança Nacional	\$ 46.241.719



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

2	Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$ 3.234.520
3	Programa 980: Inclusão Social	\$ 35.057
Total		\$ 49.511.296

Fonte: PPL OGE 2026

A Polícia Nacional de Timor – Leste, distribui o seu orçamento por três programas: o “Programa 366: Segurança Nacional”, com uma alocação de US \$46.241.719 , o “Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional”, com US \$3.234.520 e o “Programa 980: Inclusão Social” com uma alocação de US \$35.057.

4.9.2 Alocação orçamental de despesa da PNTL para o ano 2026, por subprogramas

A estrutura orçamental da PNTL compreende no âmbito dos seus três programas, 13 subprogramas distintos, conforme detalhado na tabela seguinte.

Tabela 2 – Subprogramas da PNTL para 2026

N.º	Subprograma (PPL OGE 2026)	Dotação USD
1	Subprograma 36601: Operação de segurança interna	US \$1.409.287
2	Subprograma 36603: Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos da PNTL	US \$42.795.833
3	Subprograma 36604: Gestão de Equipamentos e Infraestrutura	US \$240.000
4	Subprograma 36607: Gestão de Segurança Terrestre e Costeira de Timor-Leste	US \$352.000
5	Subprograma 36617: Segurança Rodoviária	US \$20.000
6	Subprograma 36618: Polícia Comunitária	US \$741.599



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

7	Subprograma 36619: Prevenção Criminal, Serviços de Investigação e Informação	US \$120.000
8	Subprograma 36630: Vijilansia no Prevensaun Krime iha tasi (Marítima)	US \$320.000
9	Subprograma new_el20700: Unidade Especial de Polícia	US \$243.000
10	Subprograma 51001: Funcionamento Institucional	US \$2.500
12	Subprograma 51002: Desenvolvimento Institucional	US \$3.232.020
13	Subprograma 98029: Implementação do NAP-GBV	\$ 35.057
Total		\$ 49.511.296

Fonte: Livro *Desenvolvimento Orçamentais 2026*, p.191

Conforme a página 191 do livro *Desenvolvimentos Orçamentais de 2026*, a PNTL alocou orçamento a 13 subprogramas. O maior montante é destinado ao Subprograma 36603 – **Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos da PNTL**, com USD 42.795.833. Segue-se o Subprograma 51002 – **Desenvolvimento Institucional**, com USD 3.232.020, enquanto o valor mais baixo foi atribuído ao Subprograma 510002 – **Funcionamento Institucional**, com USD 2.500.

4.9.3 Alocação orçamental da PNTL para 2026, por categorias de despesa:

Tabela 3- Categorias de despesa do orçamento da PNTL para 2026

PPL OGE 2026	
Categorias	Dotação USD
Salários e Vencimentos	US \$43.695.119
Bens e Serviços Correntes	US \$5.496.177
Transferências Públicas	US \$20.000
Capital Menor	US \$300.000
Total	US \$49.511.296

Fonte: PPL OGE 2026

4

smh



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

De acordo com a Proposta de Lei do OGE 2026, o orçamento da PNTL está distribuído por quatro categorias de despesa: **Salários e Vencimentos**, com a maior alocação, no valor de **US \$43.695.119**, **Bens e Serviços**, com **US \$5.496.177**, **Transferências Públicas**, com apenas **US \$20.000** e **Capital Menor**, com uma dotação de **USD 300.000**

4.9.4 Execução orçamental da PNTL, por programas, até 25 de outubro de 2025

Tabela 4 – Execução orçamental da PNTL, por Programas, até 25 de outubro de 2025

PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
P Segurança Nacional	US \$43.120.458,00	US \$32.690.341,78	75,8%
P Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$3.269.972,00	US \$1.270.278,09	38,8%
P Inclusão Social	US \$30.000,00	US \$6.633,00	22,1%
Total	US \$46.420.430,00	US \$33.967.252,87	73,2%

Fonte: Portal da Transparência do Orçamento

Até 25 de outubro do corrente ano, a taxa de execução orçamental da PNTL por programas revela que o **Programa de Segurança Nacional** atingiu **75,8%**, seguido do **Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional**, com uma execução mais baixa de **38,8%**, correspondente a **USD 1.270.278,09**. Já o **Programa de Inclusão Social** registou apenas **22,1%** de execução, o que é motivo de preocupação.

4.9.5 Execução orçamental da PNTL, por categorias de despesa, até 25 de outubro de 2025

Tabela 5- Execução orçamental da PNTL, por Categorias de despesa, até dia 25 de outubro de 2025

Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	US \$39.924.528,00	\$31 737 892,89	79,5%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Bens e Serviços Correntes	US \$6.349.352,00	\$2 164 559,98	34,1%
Transferências Públicas	US \$112.800,00	\$64 800,00	57,4%
Capital Menor	\$33 750,00	\$,00	0,0%
Total	\$46 420 430,00	\$33 967 252,87	73,2%

Fontes: Portal da Transparência

Até 25 de outubro, a taxa de execução orçamental da PNTL, por categorias, evidencia que **Salários e Vencimentos** registaram uma execução de **79,5%**. A categoria de **Bens e Serviços** apresentou uma taxa mais baixa, de **34,1%**, enquanto **Transferências Públicas** atingiram uma execução intermédia de **57,4%**. Já **Capital Menor** manteve-se inalterado, com **0,0%** de execução.

Embora a PNTL não tenha inicialmente alocado verbas à categoria de Capital Menor no presente ano, procedeu posteriormente a uma transferência orçamental de US \$33.750 para essa categoria. No entanto, até à data, não foi registada qualquer execução dessa verba.

4.9.6 Comparação das dotações orçamentais alocadas à PNTL em 2025 e propostas para 2026, por Programas

Tabela 6- Comparação do Orçamento por Programas da PNTL (OGE 2025 e PPL OGE 2026)

PROGRAMA	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	%
	Dotação	Dotação		
Segurança Nacional	US \$43.492.690,00	US \$46.24.719,00	US \$2.749.029,00	+6,3%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	US \$2.897.740,00	\$3 234 520,00	US \$336.780,00	+11,6%
Inclusão Social	US \$30.000,00	\$35 057,00	US \$5.057,00	+16,9%
Total	US \$46.420.430,00	US \$49.511.296,00	\$3.090.866,00	+6,7%

Fonte: PPL OGE 2026, p.21, OGE 2025 JR,p.17.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

De acordo com a **Proposta de Lei do OGE 2026**, a PNTL apresenta um aumento global de **6,7%** no seu orçamento para o próximo ano, equivalente a uma variação de **US \$3.090.866**, totalizando **US \$ 49.511.296**, em comparação com **US \$46.420.430** no OGE 2025.

Por programas, observa-se que o **Programa de Segurança Nacional** regista um acréscimo de **6,3%**, correspondente a **US \$2.749.029**, elevando o seu orçamento para **US \$46.241.719** em 2026, face aos **US \$43.492.690** de 2025. O **Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** também acusa um aumento de **11,6%** em relação ao orçamento do ano anterior. Já o **Programa de Inclusão Social** evidencia um crescimento mais expressivo, de **16,9%**, comparativamente a 2025.

4.9.7 Comparação das dotações orçamentais alocadas à PNTL em 2025 e propostas para 2026, por Categorias

Tabela 7- Comparação do Orçamento por Categorias da PNTL (OGE 2025 e PPL OGE 2026)

Categorias	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	%
	Dotação	Dotação		
Salários e Vencimentos	\$39 924 528,00	\$43 695 119,00	\$3 770 591,00	+9,4%
Bens e Serviços Correntes	\$6 354 902,00	\$5 496 177,00	-\$858 725,00	-13,5%
Transferências Públicas	\$141 000,00	\$20 000,00	-\$121 000,00	-85,8%
Capital Menor		\$300 000,00		
Total	\$46 420 430,00	\$49 511 296,00	+\$3 090 866,00	+6,7%

Fonte: PPL OGE 2026, p.21, OGE 2025 JR,p.17

A comparação entre as categorias orçamentais da PNTL no OGE 2025 e na PPL OGE 2026, evidencia variações relevantes na estrutura da despesa. A categoria de **Salários e Vencimentos** regista um aumento de **9,4%**, possivelmente relacionado com o recrutamento de novos agentes da PNTL, previsto para reforçar a capacidade operacional da instituição no próximo ano.

✓

Smjh



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Em contrapartida, a categoria de **Bens e Serviços** apresenta uma redução de **13,5%** face a 2025, o que poderá refletir uma racionalização das despesas correntes ou maior eficiência na gestão administrativa e logística. Já Transferências Públicas é a categoria mais afetada, com uma diminuição expressiva de **85,8%**, sugerindo reorientação de prioridades e maior concentração de recursos em despesas diretas de funcionamento e pessoal.

Por fim, a **categoria de Capital Menor**, que não recebeu dotação em 2025, passa a contar em 2026 com uma alocação de **US \$300.000**, indicando uma retoma moderada do investimento em equipamentos e pequenas infraestruturas de apoio às atividades da PNTL.

4.10. Serviço de Migração

4.10..1 Orçamento alocado ao Serviço de Migração para 2026 (PPL OGE 2026)

De acordo com a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 (PPL OGE 2026), os Serviços de Migração propõem uma alocação total de **US \$1.937.927** para o **Programa Segurança Nacional**, e que desagrega para três categorias de acordo com a tabela seguinte:

Tabela 1 – Orçamento do Serviço de Migração proposto para 2026 (PPL OGE 2026)

PPL OGE 2026	
Salários e Vencimentos	US \$1.387.927
Bens e Serviços Correntes	US \$400.000
Capital Menor	US \$150.000
Total	US \$1.937.927

Fonte: PPL OGE 2026

O Serviço de Migração, tutelado pelo Ministério do Interior, de acordo com a tabela acima, propõe para o próximo ano como alocação para a Categoria de **Salários e Vencimentos** US \$1.387.927, para a Categoria de **Bens e Serviços** US \$400.000 e **Capital Menor** como uma alocação **USD \$150.000**.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

4.10.2 Execução do Serviço de Migração em 2025

4.7.9.2.1 Execução do Serviço de Migração em 2025, por Programas

Tabela 2 – Execução orçamental do Serviço de Migração, por Programas, até 27 de outubro de 2025

PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Segurança Nacional	\$2 231 845,00	\$1 546 487,26	69,3%

Fonte: Portal da Transparência do Orçamento

O Serviço de Migração conta apenas com o **Programa de Segurança Nacional**, acumulando uma execução real de **69,3%** até 27 de outubro de 2025.

4.10.3 Execução do Orçamento do Serviço de Migração, em 2025, por Categorias

Tabela 3 - Execução do Orçamento do Serviço de Migração, por Categorias, até dia 27 de outubro de 2025

Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	US \$1 724 940,00	US \$1 207 446,90	70,0%
Bens e Serviços Correntes	Us \$506 905,00	US \$339 040,36	66,9%
Total	US \$2 231 845,00	US \$1 546 487,26	69,3%

Fonte: Portal da Transparência do Orçamento

A execução real global do Serviço e Migração de categorias, até dia 27 de outubro de 2025, atingiu 69,3%, é considerada como uma execução fraca, Salários e Vencimento apresentou uma taxa de execução de 70% e a Categoria Bens e Serviços demonstrou uma taxa de execução 66,9.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

4.10.4 Comparação entre o orçamento do Serviço de Migração em 2025 e o proposto na PPL OGE 2026, por Categorias

Tabela 7 - Comparação entre o orçamento do Serviço de Migração, por Categorias, entre 2025 e 2026

Categorias	OGE 2025	PPL OGE 2026	Variação	Variação %
	Dotação	Dotação		
Salários e Vencimentos	US \$1 724 940,00	US \$1 387 927,00	-US \$337 013,00	-19,5%
Bens e Serviços Correntes	US \$506 905,00	US \$400 000,00	-US \$106 905,00	-21,1%
Capital Menor		US \$150 000,00	+US \$ 150 000,00	
Total	US \$2 231 845,00	US \$1 937 927,00	-US \$293 918,00	-13,2%

Fontes: Desenvolvimento Orçamental, p.190, OGE 2025 Portal da Transparência

5. Consultas e Contributos Recebidos

No âmbito da apreciação da Proposta de Lei do OGE 2026, a Comissão B procedeu à análise da documentação remetida pelo Governo. Foram realizadas audiências com entidades sob a responsabilidade política da Comissão B (*ver Agenda das Audiências Públicas infra*), cujas respetivas tabelas estão integradas, em anexo, ao presente Relatório.

5.1. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)

As dotações propostas para o MNEC visam assegurar o funcionamento dos serviços centrais e externos do Ministério, a manutenção das missões diplomáticas e consulares, e a implementação das ações de política externa e cooperação internacional, incluindo as responsabilidades emergentes da integração de Timor-Leste na ASEAN.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

A presente Proposta de Lei atribuiu ao MNEC um acréscimo orçamental de 13.15%, cujo valor global representa \$36,334,526.00, contra \$32,109,497.00 para o ano fiscal de 2025, tendo o MNEC executado, até a presente data, 82.7% da sua dotação orçamental.

Estiveram presentes na audiência a S.E. o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Bendito Freitas, a S.E. a Vice-Ministra para os Assuntos da ASEAN, Dra. Milena Rangel, o Secretário-geral do MNEC, bem como vários Diretores do respetivo ministério.

Durante a audiência, o Sr. Ministro informou que devido a adesão de Timor-Leste à ASEAN, o seu ministério necessita de acréscimo orçamental para a construção de Salas VIP para as entidades estrangeiras que visitarão Timor-Leste durante uma Conferencia a realizar em Dili.

Por outro lado, o Sr. Ministro também solicitou o apoio da Comissão B no sentido de transferir \$3,000,000 (US dólares) atribuída na presente Proposta de Lei na categoria de Salários e Vencimentos para a categoria de Bens e Serviços, a fim de poder satisfazer a encargos financeiros relativas às despesas de pessoal estrangeiro que trabalham nas embaixadas.

Os Distintos Deputados presentes na audiência questionaram os membros do governo sobre a execução orçamental do ministério, salientando o número excessivo de viagens ao estrangeiro, bem como o número excessivo e constantes de *virements* realizados pelo ministério. Por outro lado, informaram aos mesmos dos desafios e necessidades enfrentados pelo Consulado de Bali, da Embaixada na Tailândia e Austrália, assim como partilharam informações recolhidas das viagens efetuadas à Tailândia e Austrália.

Finalmente, a Comissão B questionou sobre a razão pelo qual a Embaixada no Brasil ter, até à presente data, executado apenas 26.6% do seu orçamento?

5.2. Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFTM)

As dotações propostas para o Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (doravante designado por Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas) têm por objetivo assegurar a gestão integrada de fronteiras, incluindo processos de delimitação e demarcação, a implementação de instrumentos bilaterais e regionais, e a coordenação técnica com as forças

X

Smth



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

de segurança e entidades de fiscalização. O orçamento cobre funcionamento, levantamentos técnicos e ações de cooperação transfronteiriça.

A presente Proposta de Lei atribuiu ao Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas um acréscimo orçamental de 7.3%, cujo valor global representa \$1,902,010.00, contra \$1,772,499.00 para o ano fiscal de 2025, tendo o Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas executado, até a presente data, 73.2% da sua dotação orçamental.

Estiveram presentes na audiência a Diretora Executiva do Gabinete, a Senhora Elizabeth Exposto, acompanhada pelas Diretoras responsáveis pelos diferentes serviços do gabinete. Durante a audiência, a Diretora Executiva fez um apanhado das atividades e realizações efetuadas pelo gabinete, bem como os desafios enfrentados pelo gabinete. A seu turno, a Diretora Operacional, a Dra. Helena Araújo, apresentou os programas e a implementação orçamental do corrente exercício orçamental.

O Gabinete não formulou nenhum pedido à Comissão, pelo que nenhuma recomendação a assinalar.

5.3. Ministério da Defesa

O orçamento proposto para a Defesa, (doravante designado por MD), concentra-se no reforço das capacidades operacionais e infraestruturais, bem como na manutenção dos meios logísticos e humanos necessários para a salvaguarda da soberania nacional.

A presente Proposta de Lei atribuiu ao MD um acréscimo orçamental de +48.6%, cujo valor global representa \$16,258,818.00, contra \$10,938,078.00 para o ano fiscal de 2025, tendo o MD executado, até a presente data, 61,12% da sua dotação orçamental. Pode-se assim concluir que houve uma variação orçamental no valor de +\$5,320,740.00 entre o valor total do OGE de 2025 e 2026. De salientar que a variação orçamental para Salários e Vencimentos entre 2025 e 2026 é de 0.0%, sendo que se mantém no montante de \$3,086,253.00, porquanto que o número de efetivos tenha diminuído.

A análise detalhada da proposta orçamental, de 2026, para o Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas encontra-se no anexo N.º 3.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Estiveram presentes na audiência a S.E. o Ministro da Defesa, Contra Almirante Donaciano do Rosário da Costa Gomes, o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, o Senhor Brigadeiro General José da Costa Soares, acompanhados por oficiais das F-FDTL e Diretores responsáveis pelos diferentes serviços do ministério e do Instituto. Durante a audiência, a S.E. o Ministro e o Brigadeiro General explanaram sobre a execução orçamental do ano fiscal de 2025 sobre ambas instituições, lamentando cortes do governo ao pedido orçamental solicitado pelo respetivo ministério.

O ministério não formulou nenhum pedido à Comissão, pelo que nenhuma recomendação a assinalar.

5.3.1. Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)

As dotações orçamentais propostas para a F-FDTL visam assegurar a operacionalidade das forças, a manutenção dos equipamentos e infraestruturas militares e o desenvolvimento de programas de treino, formação e modernização institucional.

A presente Proposta de Lei atribuiu às F-FDTL uma redução orçamental de -5,1%, cujo valor global representa \$34,600,530.00, contra \$36,447,792.00 para o ano fiscal de 2025, tendo as F-FDTL executado, até a presente data, 70% da sua dotação orçamental. Pode-se assim concluir que houve uma variação orçamental no valor de -\$1,847,262.00 entre o valor total do OGE de 2025 e 2026. De salientar que a categoria sobre Capital Menor revela uma taxa de execução de 0,0% cuja explicação não foi fornecida à Comissão.

A análise detalhada da proposta orçamental, de 2026, para as F-FDTL encontra-se no anexo N.º 3.1.

As F-FDTL informaram que a redução orçamental efetuada irá produzir constrangimentos em termos de prontidão operacional e não cobre todos os subsídios previstos na Lei Remuneratória das F-FDTL (*ver Decreto-Lei N.º 16/2025, de 18 de junho*).

Neste sentido, as F-FDTL apresentaram uma proposta/recomendação, à Comissão, solicitando um aumento adicional no valor total de \$1,738,588.00, para as seguintes atividades:

- subsídio de transporte: \$988,588.00;



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

• Sobresselente escalão 1 & 2 para Meios CN:	\$100,000.00;
• Medicamentos:	\$ 50,000.00;
• Tratamento de saúde dos militares:	\$300,000.00;
• Sistema de Comando, Controlo, Comunicação e Computador (C4) e (C4ISR):	\$100,000.00;
• Viaturas administrativas:	\$ 200,000.00;
• Total:	\$1,738,588.00.

A soma do valor solicitado (\$1,738,588.00) mais o orçamento atribuído para 2026 (\$34,600,530.00) totaliza um valor orçamental de \$36,339,118.00 para as F-FDTL.

5.3.2. Instituto de Defesa Nacional (IDN)

As dotações orçamentais propostas para o IDN visam assegurar o estudo, pesquisa e formação em desenvolvimento e inovação das políticas de defesa nacional.

A presente Proposta de Lei atribuiu ao IDN um acréscimo orçamental de +20%, cujo valor global representa \$1,610,388, contra \$1,341,140.00 para o ano fiscal de 2025, tendo o IDN executado, até a presente data, 78.6% da sua dotação orçamental. Pode-se assim concluir que houve uma variação orçamental no valor de +\$269,248.00 entre o valor total do OGE de 2025 e 2026. De salientar que a categoria sobre Salários e Vencimentos se mantêm iguais entre 2025 e 2026, num total de \$238,133.00.

O IDN não formulou nenhum pedido à Comissão, pelo que nenhuma recomendação a assinalar, tendo somente o Sr. Ministro expressado a intenção de transformar o IDN numa universidade, cuja intenção foi registada com pouco ânimo por parte dos Distintos Deputados.

5.4. Serviço Nacional de Inteligência (SNI)

As dotações para o SNI visam consolidar a capacidade técnica e institucional na recolha, análise e partilha de informações estratégicas para a defesa e segurança nacional, garantindo a articulação com as demais forças de segurança.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

A presente Proposta de Lei atribuiu ao SNI um acréscimo orçamental de +12.5%, cujo valor global representa \$1,610,388.00, contra \$1,341,140.00 para o ano fiscal de 2025, tendo o IDN executado, até a presente data, 78,6% da sua dotação orçamental. Pode-se assim concluir que houve uma variação orçamental no valor de +\$269,248.00 entre o valor total do OGE de 2025 e 2026. De salientar que na categoria Capital Menor a SNI não executou nenhuma transação, pelo que a execução é de 0,0%, tendo, no entanto, o Diretor-Geral justificado o motivo do atraso sobre a execução dessa rubrica.

Estiveram presentes na audiência o Diretor-Geral do SNI, o Dr. Longuinhos Monteiro, acompanhado por Diretores responsáveis pelos diferentes serviços do gabinete. Durante a audiência, o Senhor Diretor-Geral comentou sobre as atividades e realizações efetuadas pelo serviço, bem como os desafios enfrentados, informando de que o pessoal afeto à sua instituição deve brevemente transitar do regime geral da administração pública para o regime especial dado que a nova orgânica da instituição já de encontra aprovada pelo Conselho de Ministros, razão pelo qual a categoria de Salários e Vencimentos reflete uma baixa execução orçamental.

Mais informou o Sr. Diretor-Geral que a SNI pretende adquirir equipamento para proteção Cibernética, comentando superficialmente sobre a questão de Oecussi e do porto de Tibar.

5.5. Autoridade de Proteção Civil (APC)

O orçamento proposto para a APC foca-se no reforço dos mecanismos de resposta a emergências e desastres, nomeadamente através de investimento em equipamentos, meios logísticos e preparação institucional para cenários de risco.

Importa informar que a APC não compareceu à audiência pública por se encontrar fora do país e que se fez representar por S.E. o Secretário de Estado para a Proteção Civil, Sr. Domingos Mariano Reis. O Sr. Secretário de Estado, em representação da APC, acompanhado por vários responsáveis da SEPC e 1 (um) Chefe de Departamento da APC em representação do Presidente da Autoridade Civil.

Neste contexto, a S.E. o Secretário de Estado descreveu as atividades desta instituição (APC), explanou sobre o trabalho da APC no terreno e a sua respetiva capacidade de resposta, bem



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

como os programas de resposta implementados ou capazes de serem implementados em caso de catástrofes naturais.

A presente Proposta de Lei atribuiu à APC uma redução orçamental de -11%, cujo valor global representa \$7,730,287.00, contra \$8,735,558.00 no ano fiscal 2025, tendo a APC executado, até a presente data, 74.56% da sua dotação orçamental. Pode-se assim concluir que houve uma variação orçamental no valor de -\$1,005,271.00 entre o valor total do OGE de 2025 e 2026. De salientar que na categoria Capital Menor, a APC ainda não executou nenhuma transação neste idem, pelo que o resultado da execução é de 0,0%.

Neste contexto, os Distintos Deputados da Comissão B questionaram a razão da não execução do idem de Capital Menor, quando os Bombeiros e Oficiais da Proteção Civil nos municípios trabalham em condições paupérrimas. Mais informaram os Distintos Deputados da Comissão B que a APC deveria cooperar com a Austrália e a União Europeia nas áreas de mitigação e controle de catástrofes naturais.

Finalmente, o Secretário de Estado apresentou à Comissão uma proposta orçamental adicional no valor de \$2,212,253.00, para as seguintes rubricas:

- SV (501): \$1,355,653.00 = pagar funcionários casuais (total de 496);
- BS (502): \$ 106,400.00 = aquisição capas de chuvas e botas para os pontos focais e barco de salvamento marítimo;
- CM (504) \$ 70,200.00 = aquisição de motorizadas Honda Verza para pontos focais gestão de desastres municipais;
- CM (504) \$ 600,000.00 = aquisição de 6 (seis) viaturas operacionais para apoio aos serviços de busca e salvamento (\$100,000.00 cada unidade);
- CM (504) \$ 80,000.00 = aquisição de equipamentos segurança de barcos a ser utilizado para salvamento marítimo.

5.6. Secretariado do G7+

As dotações para o Secretariado do G7+ visam garantir o funcionamento regular da organização e a execução do seu programa de trabalho no apoio à cooperação entre Estados frágeis e afetados por conflitos. As verbas contemplam despesas de funcionamento,



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

atividades de diplomacia multilateral, produção de relatórios e participação em fóruns internacionais, em coordenação com o MNEC e outras entidades relevantes.

O orçamento para o G7+ encontra-se alocado no Título Orçamental *"Dotação para Todo o Governo"* no montante de \$2,000,000.00 para 2026, tendo sofrido uma redução de -20% em relação ao orçamento do ano fiscal 2025 (\$2,500,000.00).

O Secretariado tem só um **Programa (400): Política Externa de Timor-Leste**, com um **Subprograma (40012): Reforçar e fortalecer a gestão e representação dos assuntos de carácter multilateral e regional**, e uma **Atividade (4001208): Contribuição, Cooperação e Parcerias g7+**.

O Secretário-Geral, Dr. Hélder da Costa, explanou sobre as atividades da organização tanto a nível nacional como a nível internacional.

5.7. Ministério do Interior

O orçamento proposto para o Ministério do Interior cobre as despesas de funcionamento e investimentos relacionados com a segurança interna e a gestão administrativa das forças sob sua tutela.

5.7.1. Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)

As dotações orçamentais para a PNTL visam fortalecer as capacidades de prevenção, manutenção da ordem pública e resposta operacional em todo o território nacional, com enfoque em segurança comunitária e policiamento de proximidade.

6. Conclusões

A Comissão B reconhece que a Proposta de Lei do OGE 2026 procura assegurar a continuidade do funcionamento das instituições estratégicas do Estado nos domínios da política externa, defesa e segurança.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Destaca-se a importância da execução eficiente dos recursos orçamentais e da coordenação interinstitucional para garantir que as dotações atribuídas resultem em ganhos concretos de segurança, estabilidade e presença internacional do Estado.

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026, PPL n. 23/VI(3ª) prossegue a estratégia de implementação das prioridades previstas no Programa do Governo, sob o lema *"Investir na Transformação Nacional, na Integração Regional e no Desenvolvimento Inclusivo"*.

A Proposta de Orçamento para 2026 é formulada com base nos Objetivos Estratégicos do IX Governo Constitucional, orientando-se para promover o desenvolvimento socioeconómico através de investimentos em infraestruturas estratégicas, no fortalecimento do setor económico e em iniciativas destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos. O Orçamento reflete o compromisso do Governo em impulsionar um crescimento sustentável, inclusivo e capaz de gerar benefícios para todos os timorenses.

Com a adesão de Timor-Leste à ASEAN confirmada, a estratégia orçamental assume uma dimensão regional, reforçando a competitividade nacional e criando condições para alargar as oportunidades do setor privado. Esta abordagem está alinhada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011 – 2030) e com o Programa do IX Governo Constitucional, dando continuidade aos investimentos de capital em infraestruturas prioritárias e integrando reformas essenciais — como a nova legislação de aprovisionamento e contratos públicos e a introdução de contratos plurianuais — que visam melhorar a eficiência da execução orçamental e a qualidade dos resultados.

Finalmente, a Proposta de Lei mantém o regime de isenções fiscais que abrange aquisições estratégicas do Estado, como armas e munições destinadas às forças de segurança.

Neste contexto, a Comissão B, considerando a presente Apreciação Inicial da PPL e as audiências públicas realizadas, apresenta as seguintes conclusões:

1. O conjunto de **isenções fiscais e taxas de imposto para 2026**, relacionado ao imposto seletivo de consumo, permanece inalterado em comparação com o OGE de 2024, especificamente para a aquisição de armas e munições pelo Estado ou por

X



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

entidades públicas, destinadas à Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), à Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e às FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste;

2. **O Governo enaltece que a adesão de Timor-Leste à ASEAN é crucial** para a integração regional, atração de investimentos e valorização da diversidade cultural e social da ASEAN, no entanto, regista-se uma **preocupante taxa de execução em 2025 no que diz respeito à coordenação e assistência aos serviços periféricos externos do MNEC**, o que indica sérios constrangimentos que podem afetar a eficácia da diplomacia e a atuação de Timor-Leste no exterior;
3. No **domínio das infraestruturas da Segurança e Defesa Nacional**, para além dos programas em curso, há 2 iniciativas previstas, sendo uma para a Segurança Nacional e outra para a Defesa Nacional, que abrangem a construção de postos de vigilância fronteiriços, quartéis da polícia (nacionais e municipais), esquadras de polícia e bairros PNTL, cujos valores são de \$3,122,446.00 e \$ 1,637,284.00 respetivamente;
4. Durante as audiências públicas foram **apresentados pedidos de transferências e pedidos adicionais de alocações orçamentais** para atender às necessidades do Ministério da Defesa (MD) e da Autoridade de Proteção Civil (APC), sendo **US\$3,000,000** para transferência interna no MNEC de SV para BS e **\$3,950,841 milhões de dólares** de pedidos adicionais, especificamente:
 - i. O MNEC, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, solicitou à Comissão B a transferência de \$3,000,000.00 de SV (Salários e Vencimentos) para BS (Bens e Serviços) a fim de poder fazer face às despesas com de pessoal local junto das embaixadas;
 - ii. O Ministério da Defesa, perante as necessidades operacionais das F-FDTL, sob iniciativa do Chefe do Estado-Maior-General das F-FDTL, foi solicitado um adicional de US\$ 1,738,588 milhão de dólar;
 - iii. Perante as carências orçamentais constatadas para o empenhamento operacional da APC (Autoridade de Proteção Civil), sob iniciativa de S.E. o Secretário de Estado para a Proteção Civil), tendo em consideração a adesão de Timor-Leste à ASEAN, foi solicitado um orçamento adicional de US\$ 2,212,253.00 milhão de dólar.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

5. O g7+ ocupa uma posição singular no cenário internacional: a de transformar fragilidade percebida em influência estratégica. Como organização intergovernamental de 20 Estados afetados por conflitos, presente em quatro continentes, com sede em Díli e estatuto de observador nas Nações Unidas, o g7+ traz para o centro do debate global a voz de países que vivem na linha da frente dos desafios à paz, ao desenvolvimento e à justiça climática. Representando cerca de 351 milhões de pessoas e vastos recursos naturais, o grupo afirma-se como um bloco com crescente relevância geopolítica.

Desde 2010, todos os Governos têm apoiado firmemente o g7+, que hoje se assume não como ator periférico, mas como força de vanguarda na construção de uma ordem internacional mais justa e inclusiva. Ao consolidar a sua identidade coletiva, o g7+ contribui para moldar normas globais e reforçar os alicerces da paz e da estabilidade — elementos essenciais para a prosperidade e o desenvolvimento sustentável.

As F-FDTL propõem para o ano 2026, uma dotação global de US \$34.600.530, distribuindo essa verba por três programas, o Programa de Defesa com uma alocação de US \$14.129.588, o Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, com US \$20.440.942 e o Programa de Inclusão Social, com alocação de US \$30.000.

Em comparação com o orçamento que lhe foi aprovado para o ano 2025, observa-se uma redução global de 5,1%, equivalente a US -\$1.847.262. Regista-se ainda que as F-FDTL não executaram qualquer valor na categoria de Capital Menor até outubro de 2025, apresentando por isso uma execução nula nessa categoria (0,0%).

De acordo com a PPL OGE 2026, o Ministério da Defesa propõe para o seu orçamento uma dotação global de US \$ 34.600.530, a ser distribuída por três programas principais:

- Programa de Defesa Nacional: US \$14.129.588
- Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US \$20.440.942
- Programa de Inclusão Social: US \$30.000

Em termos de execução orçamental de 2025, até 17 de outubro o Ministério registava uma taxa de execução global de 61,12%, considerada moderada. O Programa de Inclusão Social não apresentava ainda qualquer despesa, mantendo-se com uma taxa de execução de 0,0%.

X



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Para 2026, o orçamento do Ministério da Defesa beneficiará de um aumento de 48,64%, correspondente a uma variação positiva de +US \$5.320.740, elevando o total para US \$ 16.258.818, face aos US \$10.938.078 atribuídos em 2025.

A PPL OGE 2026 introduz ainda uma nova categoria orçamental ao orçamento do Ministério da Defesa, a de Transferências Públicas, com uma dotação de US \$500.000, que se destina a apoios às organizações das novas gerações patrióticas.

Reforçar a execução orçamental em 2026 do IDN, assegurando a plena utilização dos recursos disponíveis.

Aprimorar a gestão financeira e operacional até final de 2025, garantindo alinhamento entre a execução e as metas estratégicas do Instituto de Defesa Nacional.

Consolidar o investimento em formação e inovação, potenciando o papel do IDN como centro de excelência na formulação de políticas de defesa nacional.

O Serviço Nacional de Inteligência (SNI) apresenta para 2026, uma proposta orçamental total de US \$ 2.972.196, a distribuir por dois programas e três categorias orçamentais.

Comparativamente a 2025, verifica-se um aumento global de 12,5%, equivalente a US \$329.753, destinado, sobretudo, ao reforço institucional e à modernização das infraestruturas.

A execução orçamental até outubro de 2025, de 59,2%, indica necessidade de melhoria na gestão da execução, principalmente nas categorias de Salários e Capital Menor.

O **Ministério do Interior** propõe, de acordo com a PPL OGE 2026, um orçamento total de US \$14.477.099 para o próximo ano, a distribuir por dois programas:

- a. **Programa de Segurança Nacional**, com uma dotação de US \$11.092.289;
- b. Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, com US \$ 3.384.810.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Em comparação com o orçamento que recebeu em 2025, verifica-se uma **redução global de 3,5%**, equivalente a US \$523.237. Essa diminuição poderá estar relacionada com a taxa de execução orçamental registada em 2025, que, até 25 de outubro, não ia além de 76,5%.

Regista-se ainda que o **Ministério do Interior não executou qualquer valor na categoria de Capital de Desenvolvimento** até outubro de 2025, apresentando uma execução nula (0,0%), o que evidencia constrangimentos na implementação de investimentos públicos.

De acordo com a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 (PPL OGE 2026), o **Serviço de Migração propõe uma alocação total de US \$1.937927** para o seu único Programa de Segurança Nacional.

Em comparação com o orçamento de 2025, verifica-se **uma redução global de 13,2%**, equivalente a US \$ \$293 918. Essa diminuição poderá estar relacionada com a baixa taxa de execução orçamental registada em 2025.

7. Recomendações

Neste sentido, considerando a PPL e o supra exposto, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança do Parlamento Nacional, a Comissão B, apresenta as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:

- a) Em termos gerais, reforçar a coordenação interinstitucional, a eficiência na execução orçamental e a priorização de programas com impacto direto na segurança nacional, defesa e política externa;
- b) MNEC — assegurar recursos adequados para o funcionamento das missões diplomáticas e para atividades de cooperação internacional, incluindo a preparação de responsabilidades no quadro da ASEAN. Neste sentido, com especial relevância, a Comissão B acredita que o investimento no capital humano servirá como um instrumento determinante para a promoção da integração regional e o fortalecimento do reconhecimento de Timor-Leste como um Estado de Direito democrático no contexto do sudeste asiático.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Por outro lado, o atendimento das necessidades das comunidades na diáspora pelo MNEC reveste-se de importância crucial para o fortalecimento dos vínculos culturais, sociais e económicos, promovendo, dessa forma, a inclusão e o bem-estar dos nossos expatriados. Assim, é fundamental **consolidar o acesso a serviços de notariado nos nossos serviços periféricos externos**, assim como a consolidação de redes de apoio para garantir um suporte abrangente e sustentável nas comunidades timorenses no estrangeiro;

c) Defesa / F-FDTL — o governo deve garantir a sustentabilidade orçamental necessária para a manutenção operacional e modernização das capacidades de defesa, com atenção especial à logística e à formação de recursos humanos.

A defesa é uma prioridade para Timor-Leste. O desenvolvimento de uma força de defesa profissional e respeitada, sob controlo democrático e com capacidade para defender a nossa nação, contribuindo simultaneamente para os esforços de paz e estabilidade regional e global. É necessária uma força de defesa profissional em todo o país para proteger a soberania e apoiar a ordem nacional. O orçamento para o Programa de Defesa Nacional para 2026 é de \$1,637,284.00.

Melhorar a execução orçamental em 2026, garantindo maior eficiência na implementação dos programas e atividades.

Assegurar uma gestão eficaz e eficiente dos recursos até final de 2025, de modo a atingir plenamente as metas e objetivos definidos para o setor da Defesa.

Procurar melhorar o desempenho orçamental em 2026, assegurando a utilização integral e oportuna dos recursos colocados pelo OGE à sua disposição.

Melhorar a eficiência e eficácia na aplicação do orçamento, alinhando as despesas com os objetivos e metas definidos para cada programa.

Promover uma gestão financeira mais rigorosa e orientada para resultados até final do corrente ano, de forma a garantir maior impacto na segurança pública e na administração interna.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

As F-FDTL propõem para o ano 2026, uma dotação global de US \$34.600.530, distribuindo essa verba por três programas, o Programa de Defesa com uma alocação de US \$14.129.588, o Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, com US \$20.440.942 e o Programa de Inclusão Social, com alocação de US \$30.000.

Em comparação com o orçamento que lhe foi aprovado para o ano 2025, observa-se uma redução global de 5,1%, equivalente a US -\$1.847.262. Regista-se ainda que as F-FDTL não executaram qualquer valor na categoria de Capital Menor até outubro de 2025, apresentando por isso uma execução nula nessa categoria (0,0%).

Reforçar a execução orçamental em 2026, assegurando a plena utilização dos recursos disponíveis.

Aprimorar a gestão financeira e operacional até final de 2025, garantindo alinhamento entre a execução e as metas estratégicas do Instituto.

Consolidar o investimento em formação e inovação, potenciando o papel do IDN como centro de excelência na formulação de políticas de defesa nacional.

d) Interior / PNTL / APC — reforçar dotações para segurança interna, proteção civil e resposta a emergências, priorizando investimentos em equipamentos, infraestruturas e capacidades de resposta. Mais, para otimizar o empenhamento operacional do Sistema Integrado de Segurança Nacional em desastres naturais, **revela-se imprescindível a descentralização das forças operacionais da Autoridade de Proteção Civil (APC) e a consolidação de uma coordenação institucional** com as autoridades locais. Neste sentido, são vitais a consolidação do “Corpo Nacional de Bombeiros” e a concessão aos seus operacionais de um estatuto especial que defina de maneira clara os seus direitos e responsabilidades;

O Fundo das Infraestruturas apoia o Programa de Segurança Nacional, que se refere principalmente à construção de instalações que contribuem para a eficiência das instituições de segurança nacional no desempenho das suas funções, a fim de cumprir a sua missão. Em especial, o Governo centra-se na prioridade do controlo das fronteiras entre a Indonésia e Timor-Leste. A partir de 2022, o Programa de Segurança e Defesa para o novo portfólio do FI foi dividido no Programa de Segurança



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Nacional e pelo Programa de Defesa Nacional. Estes programas abrangem a construção de postos de vigilância fronteiriça, quartéis da polícia (nacionais e municipais), esquadras de polícia e bairros PNTL no valor de \$3,122,446.00.

De acordo com a Proposta de Lei do OGE 2026, a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) prevê um orçamento total de US \$49.511.296, distribuído por três programas principais:

- Programa de Segurança Nacional, com uma dotação de US \$46.241.719;
- Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, com US \$3.234.520;
- Programa 980 – Inclusão Social, com US \$35.057.

Em comparação com o orçamento de 2025, observa-se um aumento global de 6,7%, correspondente a US \$3.090.866. Este acréscimo poderá estar associado ao recrutamento de novos agentes da PNTL, previsto para reforçar o efetivo da corporação em 2026.

No que respeita à categoria de Capital Menor, a PNTL não lhe atribuiu dotação no exercício de 2025, embora tenha efetuado uma transferência orçamental de USD 33.750, que não chegou a ser executada (0,0%). Para 2026, contudo, está prevista uma dotação específica de US \$300.000, refletindo uma retoma moderada do investimento em equipamentos e pequenas infraestruturas operacionais.

Foram formuladas as seguintes recomendações para o Serviço de Migração:

Reforçar a execução orçamental em 2026, assegurando a utilização integral e oportuna dos recursos disponíveis.

Melhorar a eficiência e eficácia na aplicação do orçamento, alinhando as despesas com os objetivos e metas definidos para o programa até final deste ano.

Promover uma gestão financeira mais rigorosa e orientada para resultados, de forma a garantir maior impacto na segurança pública e na administração interna.

e) SNI — consolidar as capacidades técnicas e institucionais para recolha, análise e partilha de informação estratégica, assegurando a devida articulação com as demais forças de segurança, nomeadamente:



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

1. Acelerar a execução orçamental nos meses que faltam até final do corrente ano, garantindo a aplicação integral e eficiente dos recursos até ao final do exercício.
2. Melhorar o planeamento financeiro e operacional em 2026, assegurando o equilíbrio entre despesas com pessoal, funcionamento e investimento.
3. Reforçar a gestão orientada para resultados, de forma a garantir maior impacto nas funções estratégicas de segurança e inteligência do Estado.

f) Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas — Assegurar as fronteiras terrestres e marítimas permanentes com a Indonésia.

g) Secretariado do G7+ — após ter escutado a explanação do representante desta instituição, a Comissão B formula as seguintes recomendações:

1. Recomenda-se que, num contexto internacional marcado por incertezas e desafios multidimensionais, o g7+ reforce a sua influência política coletiva, promovendo abordagens mais inclusivas e lideradas localmente para a paz e a segurança globais.
2. Recomenda-se que os Governos de Timor-Leste mantenham e fortaleçam o seu apoio político e institucional ao g7+, contribuindo para consolidar a sua visibilidade e capacidade de intervenção no sistema internacional.
3. A Comissão B manifesta o seu pleno apoio ao trabalho do g7+ e sublinha a importância de uma posição nacional coesa, com coordenação entre Executivo e Legislativo, para amplificar a voz de Timor-Leste e dos países membros no cenário internacional.
4. Sublinha-se que a recente adesão de Timor-Leste à ASEAN oferece uma oportunidade adicional para reforçar a presença diplomática de Timor-Leste no plano regional e global através do g7+.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

h) Ministério do Interior

1. Reforçar a execução orçamental em 2026, assegurando a utilização integral e oportuna dos recursos disponíveis.
2. Melhorar a eficiência e eficácia na aplicação do orçamento até final de 2025, alinhando as despesas com os objetivos e metas definidos para cada programa.
3. Aumentar a capacidade de planeamento e monitorização dos projetos de investimento, especialmente nas categorias de capital.
4. Promover uma gestão financeira mais rigorosa e orientada para resultados, de forma a garantir maior impacto na segurança pública e na administração interna.

8. Parecer

Face ao supra exposto, a Comissão B é de parecer que a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026, PPL n.º 23/VI (3ª), no que respeita às áreas sob a sua responsabilidade, **reúne as condições necessárias para ser submetida à apreciação e votação em Plenário**, nos termos regimentais e constitucionais aplicáveis.

9. Aprovação do Relatório e Parecer

O presente Relatório e Parecer foi discutido na reunião da Comissão B no dia 30 de outubro de 2025, tendo sido aprovado nos seguintes termos:

Votos a favor	7
Votos contra	0
Abstenções	1

Díli, 30 de outubro de 2025

O Presidente da Comissão

Deputado Domingos Augusto "Deker"

A Relatora

Deputada Sancha Margarida Tilman



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

ANEXOS

5.1 MNEC

5.1.1 Execução por categoria económica

Tabela 1 – Execução OGE 2025

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação			
Categoria Económica	OGE 2025		
	Dotação	Execução	
	(\$.000)	(\$.000)	(%)
Total	32,109,497.00	25,477,184.26	82.7%
Salários e Vencimentos	16,926,324.00	14,956,725.53	88.8%
Bens e Serviços	13,994,267.23	10,068,302.78	78.1%
Capital Menor	688,905.77	452,155.95	85.7%
Capital de Desenvolvimento	500,000.00	0.00	.0%

Fontes: Portal de Transparência, 17 de outubro de 2025.

5.1.2 Execução OGE 2025 por categoria do programa

Tabela 2 - Execução OGE por programa

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação			
Orçamento por programa	OGE 2025		
	Dotação	Execução	
	(\$.000)	(\$.000)	(%)
Total	32,109,497.00	25,477,184.26	82.7%
Programa			
Política Externa de Timor-Leste	25,941,886.83	22,140,928.70	88.3%
Subprogramas:			
<i>Defender e promover os interesses de Timor-Leste no estrangeiro</i>	9,591,784.96	8,125,425.79	91.4%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

<i>Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ACTL</i>	95,798.00	0.00	.0%
<i>Coordenação de Assuntos Bilaterais e Multilaterais</i>	\$270,309.00	103,322.32	42%
<i>Cooperação regional e ASEAN</i>	\$213,190.00	82,150.24	43%
<i>Facilitação e coordenação institucional na execução da política externa</i>	\$14,420,676.87	13,136,084.03	91.6%
<i>Reforçar e fortalecer a gestão e representação dos assuntos de caráter multilateral e regional</i>	\$419,042.00	172,989.78	41.3%
<i>Gestão da Coordenação dos Assuntos Bilaterais da ÁSIA e OCEÂNIA</i>	\$638,166.00	371,258.42	63.3%
<i>Gestão da Coordenação dos Assuntos Bilaterais das AMERICAS EUROPA e AFRICA</i>	\$292,920.00	149,698.12	51.1%
Programa			
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	6,167,610.17	3,336,255.56	59%
Subprogramas:			
<i>Funcionamento Institucional</i>	1,130,670.70	911,505.39	80.6%
<i>Desenvolvimento Institucional</i>	4,945,721.47	2,396,417.22	54.6%
<i>Regulação e Controlo de Qualidade</i>	91,218.00	28,332.95	31.1%

Fontes: Portal de Transparência, 17 de outubro de 2025.

5.1.3 Execução OGE 2025 por categoria orgânica

Tabela 3 – Execução OGE por categoria orgânica

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação			
Categoria orgânica	OGE 2025		
	Dotação	Execução	
	(\$.000)	(\$.000)	(%)
Total	32,109,497.00	25,477,184.26	82.7%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Gabinete do Ministério de Negócio Estrangeiro e Cooperação	802,189.00	654,863.95	81%
Agência de Cooperação de Timor-Leste ACTL	95,798.00	0.00	.0%
Gabinete de Enviado Especial para Alteração Climática	68,452.00	32,445.49	47.4%
Gabinete de Inspeção e Auditoria	91,218.00	28,332.95	31.1%
Secretário-Geral	19,366,398.34	15,532,501.25	82.2%
Direção Geral para os Assunto Multilaterais e Regionais	350,590.00	140,534.29	40.1%
Direção Geral dos Assuntos Consulares e Protocolo	270,309.00	103,322.32	42%
Missão Permanente em Nova Iorque	540,367.80	508,049.00	94%
Embaixada Lisboa	408,431.00	207,215.50	89%
Embaixada Jacarta	358,907.00	354,339.00	98.7%
Consulado Geral de Denpasar	170,605.00	170,604.60	100%
Consulado Kupang	85,904.00	85,904.00	100%
Embaixada Washington	393,105.00	393,104.00	100%
Embaixada Canberra	423,147.00	419,147.00	100%
Consulado Geral em Sidney	183,417.00	158,517.00	86.4%
Consulado Darwin	214,708.00	146,875.00	100%
Embaixada Kuala Lumpur	232,830.00	203,330.00	87.3%
Embaixada Bruxelas	599,425.00	599,375.00	100%
Embaixada Bangueroque	170,336.00	150,785.19	88.5%
Embaixada Tóquio	358,268.00	358,268.00	100%
Embaixada Pequim	323,945.00	280,491.50	86.6%
Embaixada Maputo	312,939.00	312,939.00	100%
Embaixada Havana	161,199.00	161,199.00	100%
Embaixada Manila	151,500.72	147,439.00	97.3%
Missão Permanente em Genebra	273,516.00	273,516.00	100%
Embaixada Vaticano	220,840.00	159,123.00	100%
Embaixada Brasília	694,912.00	184,912.00	26.6%
Embaixada Seul	248,459.00	248,459.00	100%
Missão Permanente para CPLP e Unesco	279,422.00	279,422.00	100%
Embaixada Singapura	392,826.00	197,054.00	100%
Embaixada Vietnam	167,039.00	167,039.00	100%
Agência Consular Atambua	97,434.00	87,434.00	89.7%
Embaixada London	429,217.00	429,217.00	100%
Embaixada Nova Zelândia	207,852.44	190,056.00	91.4%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Embaixada Laos	156,384.00	93,817.00	100%
Embaixada Myanmar	132,011.00	132,011.00	100%
Embaixada Cambodia	169,777.00	169,777.00	100%
Embaixada Brunei	176,952.00	176,952.00	100%
Gabinete da Vice Ministra para os Assuntos da ASEAN	328,481.70	256,641.44	78.1%
Direção Geral para Assuntos Bilaterais da Ásia e Oceânia	638,166.00	371,258.42	63.3%
Direção Geral para os Assuntos Bilaterais das Américas Europa e África	292,920.00	149,698.12	51.1%
Direção Geral para os Assuntos da ASEAN	213,190.00	82,150.24	43%
Missão Permanente da ASEAN	105,899.00	57,008.00	53.8%
Embaixada da RDTL em Abu Dhabi	287,395.00	201,719.00	100%
Embaixada da RDTL em Angola	124,500.00	124,500.00	100%
Embaixada da RDTL em Índia	157,047.00	138,523.50	88.2%
Consulado Geral da RDTL na Irlanda do Norte	181,268.00	157,304.50	90.2%

Fontes: Portal de Transparência, 17 de outubro de 2025.

5.1.4 Dotação por categoria económica

Tabela 4 – Dotação orçamento por categoria económica

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação				
Categoria Económica	PPL OGE 2026		Comparação com OGE 2025	
	Dotação (\$..000)	Distribuição/Fatia	Dotação (\$..000)	Variação (%)
Total	36.334.526	(%)	32,109,497	+13%
SV	22,897,146	63%	16,926,324	+35%
BS	12.437.380	34%	13,994,267.23	-11%
TP	0.00	0.0%	688,905.77	-100%
CM	1.000.000	3%	500,000	+50%
CD	0.00	0.0%	0.00	0.0%

PPL OGE 2026, p.17 Portal de Transparências, acesso dia 17 de outubro de 2025.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

5.1.5 Dotação por categoria do programa

Tabela 5 – Dotação orçamento por categoria do programa

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação				
Orçamento por programa	PPL OGE 2026		Comparação com OGE 2025	
	Dotação (\$.000)	Distribuição /Fatia	Dotação (\$.000)	Variação (%)
Total	36.334.526	(%)	32,109,497.00	+13%
Programa				
Política Externa de Timor-Leste	28.795.998	79%	25,941,886.83	+11%
Subprogramas				
<i>Defender e promover os interesses de Timor-Leste no estrangeiro</i>	8,020,639	28%	9,591,784.96	-16%
<i>Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ACTL</i>	NA	0%	95,798.00	-100%
<i>Coordenação de Assuntos Bilaterais e Multilaterais</i>	230,642	0.8%	270,309.00	-15%
<i>Cooperação regional e ASEAN</i>	155,595	0.5%	213,190.00	-27%
<i>Facilitação e coordenação institucional na execução da política externa</i>	19,290,403	67%	14,420,676.87	+34%
<i>Reforçar e fortalecer a gestão e representação dos assuntos de carácter multilateral e regional</i>	364,810	1.3%	419,042.00	-12%
<i>Gestão da Coordenação dos Assuntos Bilaterais da ÁSIA e OCEÂNIA</i>	475,591	1.7%	638,166.00	-25%
<i>Gestão da Coordenação dos Assuntos Bilaterais das AMERICAS EUROPA e AFRICA</i>	258,318	1%	292,920.00	-12%
Programa				

X



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	7.538.528	21%	6,167,610.17	+2%
Subprogramas				
<i>Funcionamento Institucional</i>	<i>1,289,009</i>	<i>17%</i>	<i>1,130,670.70</i>	<i>+14%</i>
<i>Desenvolvimento Institucional</i>	<i>6,171,825</i>	<i>82%</i>	<i>4,945,721.47</i>	<i>+25%</i>
<i>Regulação e Controlo de Qualidade</i>	<i>77,694</i>	<i>1%</i>	<i>91,218.00</i>	<i>-15%</i>

Fontes: PPL OGE 2026, p.17 e Livro Desenvolvimento Orçamentais – Estruturas por Programas, p.68-80.

5.1.6 Dotação por categoria orgânica

Tabela 6 – Dotação orçamento por categoria orgânica

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação				
Categoria orgânica	PPL OGE 2026		Comparação com OGE 2025	
	Dotação (\$..000)	Distribuição/ Fatia	Dotação (\$..000)	Variação (%)
Total	36.334.526	(%)	32,109,497.00	+13%
Gabinete do Ministério de Negócio Estrangeiro e Cooperação	955,122	3%	802,189	+19%
Agência de cooperação de Timor-Leste (ACTL)	N/A	N/A	95,798	-100%
Gabinete de Enviado Especial para Alteração Climática	63,170	0.2%	68,452	-8%
Gabinete de Inspeção e Auditoria	77,694	0.2%	91,218	-15%
Secretário-Geral	25,462,228	70%	19,366,398.34	+31%
Direção Geral para os Assunto Multilaterais e Regionais	301,640	0.8%	350,590	-14%
Direção Geral dos Assuntos Consulares e Protocolo	230,642	0.6%	270,309	-15%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Missão Permanente em Nova Iorque	416,088	1%	540,367.80	-23%
Embaixada Lisboa	290,191	0.8%	408,431	-29%
Embaixada Jacarta	399,405	1%	358,907	+11%
Consulado Geral de Denpasar	183,435	0.5%	170,605	+7,5%
Consulado Kupang	113,388	0.3%	85,904	+32%
Embaixada Washington	295,520	0.8%	393,105	-25%
Embaixada Canberra	358,748	1%	423,147	-15%
Consulado Geral em Sidney	155,519	0.4%	183,417	-15%
Consulado Darwin	245,166	0.7%	214,708	+14%
Embaixada Kuala Lumpur	192,466	0.5%	232,830	-17%
Embaixada Bruxelas	515,875	1.4%	599,425	-14%
Embaixada Bangucoque	145,684	0.4%	170,336	-14%
Embaixada Tóquio	254,570	0.7%	358,268	-29%
Embaixada Pequim	230,001	0.6%	323,945	-29%
Embaixada Maputo	212,900	0.6%	312,939	-32%
Embaixada Havana	243,700	0.7%	161,199	+51%
Embaixada Manila	120,255	0.3%	151,500.72	-21%
Missão Permanente em Genebra	233,600	0.6%	273,516	-14%
Embaixada Vaticano	186,907	0.5%	220,840	-15%
Embaixada Brasília	158,000	0.4%	694,912	-77%
Embaixada Seoul	213,318	0.6%	248,459	-14%
Missão Permanente para CPLP e Unesco	238,551	0.7%	279,422	-15%
Embaixada Singapura	331,104	0.9%	392,826	-16%
Embaixada Vietnam	212,977	0.6%	167,039	+27%
Agência Consular Atambua	114,625	0.4%	97,434	+18%
Embaixada London	366,830	1%	429,217	-14%
Embaixada Nova Zelândia	163,256	0.4%	207,852.44	-21%
Embaixada Laos	133,851	0.4%	156,384	-14%
Embaixada Myanmar	110,295	0.3%	132,011	-16%
Embaixada Cambodia	145,248	0.4%	169,777	-14%
Embaixada Brunei	152,127	0.4%	176,952	-14%
Gabinete da Vice Ministra para os Assuntos da ASEAN	333,887	0.9%	328,481.70	+1,6%
Direção Geral para Assuntos Bilaterais da Ásia e Oceânia	475,591	1.3%	638,166	-25%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Direção Geral para os Assuntos Bilaterais das Américas Europa e África	258,318	0.7%	292,920	-12%
Direção Geral para os Assuntos da ASEAN	155,595	0.4%	213,190	-27%
Missão Permanente da ASEAN	86,141	0.2%	105,899	-18%
Embaixada da RDTL em Abu Dhabi	210,696	0.6%	287,395	-26%
Embaixada da RDTL em Angola	166,117	0.4%	124,500	+33%
Embaixada da RDTL em Índia	214,001	0.6%	157,047	+36%
Consulado Geral da RDTL na Irlanda do Norte	210,084	0.6%	181,268	+16%

Fontes: Livro Desenvolvimento Orçamentais – Estruturas por Programas, p.68-80.

5.1.7 PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTOS

Tabela 7 – Projeto ne'ebé financia husi Parceiros de Desenvolvementos

Título do Projeto	Descrição	Parceiros	Pilar	Orçamento (\$00)
Parceria para a Prosperidade Inclusiva (PROSIVU)	A Parceria para a Prosperidade Inclusiva (PROSIVU) é o principal programa da Austrália para fornecer apoio à governança e ao desenvolvimento económico às agências do governo central e aos ministérios económicos de Timor-Leste.	Austrália	Quadro institucional/gestão do setor público e boa governança	730.500
Projeto para o Aprimoramento da Coordenação e Monitoramento para a Adesão à ASEAN	Apoio à tradução de documentos jurídicos e ao desenvolvimento de capacidades para o pessoal do Ministério relacionado com a Adesão à ASEAN.	Japão	Quadro institucional/gestão do setor público e boa governança	471.00
TA-6542: Capacidade para a Integração Económica Multilateral e Regional	Esta assistência técnica (AT) visa apoiar o Governo de Timor-Leste na sua candidatura para a adesão à ASEAN e à OMC. Esta AT tem como objetivo alcançar os seguintes resultados: Resultado 1) Ambiente regulamentar melhorado; Resultado	ADB	Quadro institucional/gestão do setor público e boa governança	345.00



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

	2) Capacidade institucional fortalecida; Resultado 3) Consciencialização e preparação do setor privado sobre a Associação de Nações do Sudeste Asiático e a Organização Mundial do Comércio apoiadas.			
Total				1,546,500

Fontes: Livro Elementos Informativos – Volume VII: Parceiros de Desenvolvidos, p.60-61.

5.2. Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFM)

5.2.1 Execução por categoria económica

Tabela 1 – Execução OGE 2025

Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFM)			
Categoria Económica	OGE 2025		
	Dotação	Execução	
	(\$.000)	(\$.000)	(%)
Total	1,772,499.00	1,285,669.53	73.2%
Salários e Vencimentos	570,544.00	407,726.22	71.5%
Bens e Serviços	1,187,675.00	868,878.31	74.0%
Capital Menor	14,280.00	9,065.00	72.5%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.0%
Transferências Públicas	0.00	0.00	0.0%

Fontes: Portal de Transparência, 17 de outubro de 2025.

5.2.2 Execução OGE 2025 por categoria do programa

Tabela 2 – Execução orçamento por categoria do programa

Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFM)

4

Sup



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

Categoria do programa	OGE 2025		
	Dotação (\$.000)	Execução	
		(\$.000)	(%)
Total	1,772,499.00	1,285,669.53	73.2%
Programa			
Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes com a Indonésia	563,223.00	401,664.18	71.6%
Subprogramas:			
<i>Assegurar fronteiras terrestres permanentes com a Indonésia</i>	<i>31,500.00</i>	<i>21,190.00</i>	<i>67.3%</i>
<i>Assegurar fronteiras marítimas permanentes com a Indonésia</i>	<i>332,145.00</i>	<i>240,036.36</i>	<i>72.8%</i>
<i>Promoção do conhecimento nacional e internacional sobre o processo de obtenção de fronteiras terrestres e marítimas</i>	<i>134,639.00</i>	<i>118,984.34</i>	<i>88.4%</i>
<i>Estabelecimento de uma biblioteca digital e base de dados sobre fronteiras marítimas</i>	<i>64,939.00</i>	<i>21,453.48</i>	<i>33.0%</i>
Programa			
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	563,299.00	387,220.12	69.9%
Subprogramas			
<i>Funcionamento Institucional</i>	<i>273,059.00</i>	<i>194,169.36</i>	<i>71.1%</i>
<i>Desenvolvimento Institucional</i>	<i>290,240.00</i>	<i>193,050.76</i>	<i>68.7%</i>

X

Signature



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

Programa			
Promoção da Economia Azul de Timor-Leste	645,977.00	496,785.23	77.4%
Subprogramas			
Desenvolvimento da Política e Estratégia para a Implementação da Economia Azul de Timor-Leste	309,704.00	216,900.46	71.1%
Promoção e comunicação da imagem de Timor-Leste através da campanha "Hau nia Tasi - Hau nia Timor"	336,273.00	279,884.77	83.2%

Fontes: Portal de Transparência, 17 de outubro de 2025.

5.2.3 Dotação por categoria económica

Tabela 3 – Dotação orçamento por categoria económica

Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFM)				
Categoria Económica	PPL OGE 2026		Comparação com OGE 2025	
	Dotação (\$..000)	Distribuição/Fatia	Dotação (\$..000)	Variação (%)
Total	1,902,010	%	1,772,499	+7.3%
SV	570,544	30%	570,544	0.0%
BS	1,101,466	58%	1,187,675	-7.2%
TP	0.00	.00%	0.00	0.0%
CM	230,000	12%	14,280	+1,500%
CD	0.00	0.0%	0.00	0.0%

Fontes: PPL OGE 2026, p.46, Portal de Transparências, 17 de outubro de 2025 e Desenvolvimentos Orçamentais: Despesas dos Serviços e Entidades por Classificação Económica, p. 291.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

5.2.4 Dotação por categoria do programa

Tabela 4 – Dotação orçamento por categoria do programa

Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFM)				
Orçamento por programa	PPL OGE 2026		Comparação com OGE 2025	
	Dotação (\$.000)	Distribuição /Fatia	Dotação (\$.000)	Variação (%)
Total	1,902,010	(%)	1,772,499	+7.3%
Programa				
Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes Com a Indonésia	541,040	28%	563,223	-4%
Subprogramas				
Assegurar fronteiras terrestres permanentes com a Indonésia	33,000	6%	31,500	+5%
Assegurar fronteiras marítimas permanentes com a Indonésia	340,001	63%	332,145	+2%
Promoção do conhecimento nacional e internacional sobre o processo de obtenção de fronteiras terrestres e marítimas	93,100	17%	134,639	-31%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

<i>Estabelecimento de uma biblioteca digital e base de dados sobre fronteiras marítimas</i>	74,939	14%	64,939	+15%
Programa				
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	784,319	42%	563,299	+39%
Subprogramas				
<i>Funcionamento Institucional</i>	273,026	35%	273,059	-0.01%
<i>Desenvolvimento Institucional</i>	511,293	65%	290,240	+76%
Programa				
Promoção da Economia Azul de Timor-Leste	576,651	30%	645,977	-11%
Subprogramas				
<i>Desenvolvimento da Política e Estratégia para a Implementação da Economia Azul de Timor-Leste</i>	237,048	41%	309,704	-23%
<i>Promoção e comunicação da imagem de Timor-Leste através da campanha "Hau nia Tasi -Hau nia Timor"</i>	339,603	59%	336,273	+1%

Fontes: PPL OGE 2026, p.46, Livro Desenvolvimento Orçamentais – Estruturas por Programas, p.578-579.

5.3 Ministério de Defesa (MD)

Nada a assinalar.

5.4. Serviço Nacional de Inteligência (SNI)

Nada a assinalar.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

5.5 Autoridade da Proteção Civil (APC)

Nada a assinalar.

5.5.1 Execução por categoria económica

Tabela 1 – Execução OGE 2025

Autoridade da Proteção Civil			
Categoria Económica	OGE 2025		
	Dotação	Execução	
	(\$.000)	(\$.000)	(%)
Total	8,735,558.00	\$5,354,895.89	74.5%
Salários e Vencimentos	4,617,203	\$3,600,028.08	78.0%
Bens e Serviços	3,068,562	\$1,381,517.81	74.8%
Transferências Públicas	765,000	\$373,350	50.5%
Capital Menor	284,793	0.00	.0%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	.0%

Fontes: Portal de Transparência, 20 de outubro de 2025.

5.5.2 Execução OGE 2025 por categoria do programa

Tabela 2 – Execução orçamento por categoria do programa

Autoridade da Proteção Civil			
Categoria do programa	OGE 2025		
	Dotação	Execução	
	(\$.000)	(\$.000)	(%)



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Total	8,735,558	5,354,895.89	74.5%
Programa			
Segurança Nacional	6,920,084	4,156,022.39	72.5%
Subprogramas			
Segurança	159,195	108,610.80	68.2%
Recursos Humanos afetos a Prestação de Serviços	3,265,028	2,606,858.65	79.8%
Gestão de riscos de desastres	3,126,847	1,234,876.42	66.5%
Comando Nacional Operacional de Proteção Civil	139,380	102,620.20	73.7%
Unidade Especial da Autoridade de Proteção Civil	124,614	67,888.32	68.8%
Centro Formação da Autoridade de Proteção Civil	87,220	35,168	40.3%



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

SERVIÇO DE PROTEÇÃO CIVIL	17,800	.00	.0%
Programa			
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1,815,474	\$1,198,873.50	81.7%
Subprogramas			
Funcionamento Institucional	49,558	23,600.62	47.6%
Desenvolvimento Institucional	1,765,916	1,175,272.88	82.7%

Fontes: Portal de Transparência, 20 de outubro de 2025.

5.5.3 Execução OGE 2025 por categoria orgânica

Tabela 3 – Execução orçamento por categoria orgânica

Autoridade da Proteção Civil			
Categoria orgânica	OGE 2025		
	Dotação	Execução	
	(\$.000)	(\$.000)	(%)
Total	8,735,558.00	5,477,523.56	76.2%
Gabinete do Presidente da Autoridade de Proteção Civil	370,765	240,864.59	66.2%

sm



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Comando Nacional de Operação de Proteção Civil	8,364,793	5,236,658.97	76.6%
--	-----------	--------------	-------

Portal de Transparência, 21 de outubro de 2025.

5.5.4 Dotação por categoria económica

Tabela 4 – Dotação orçamento por categoria económica

Autoridade da Proteção Civil				
Categoria Económica	PPL OGE 2026		Comparação com OGE 2025	
	Dotação (\$..000)	Distribuição/Fatia	Dotação (\$..000)	Variação (%)
Total	7,730,287	%	8,735,558.	-11%
SV	4,088,246	53%	4,617,203	-11%
BS	2,877,041	37%	3,068,562	-6%
TP	765,000	10%	765,000	.0%
CM	0.00	.0%	284,793	-100%
CD	0.00	.0%	0.00	.0%

Fontes: PPL OGE 2026, p.25, Portal de Transparências, 20 de outubro de 2025 e Desenvolvimentos Orçamentais: Despesas dos Serviços e Entidades por Classificação Económica, p. 110.

5.5.5 Dotação por categoria do programa

Tabela 5 – Dotação orçamento por categoria do programa

Autoridade da Proteção Civil				
Orçamento por programa	PPL OGE 2026		Comparação com OGE 2025	
	Dotação (\$..000)	Distribuição /Fatia	Dotação (\$..000)	Variação (%)

X

Smith



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

Total	7,730,287	(%)	8,735,558	-11%
Programa				
Programa de Segurança Nacional	6,390,944	83%	6,920,084	-7.6%
Subprogramas				
<i>Segurança</i>	<i>42,040</i>	<i>0.6%</i>	<i>159,195</i>	<i>-74%</i>
<i>Recursos Humanos afetos a Prestação de Serviços</i>	<i>4,088,246</i>	<i>64%</i>	<i>3,265,028</i>	<i>+25%</i>
<i>Gestão de riscos de desastres</i>	<i>2,023,918</i>	<i>32%</i>	<i>3,126,847</i>	<i>-35%</i>
<i>Comando Nacional Operacional de Proteção Civil</i>	<i>60,000</i>	<i>0.9%</i>	<i>139,380</i>	<i>-98%</i>
<i>Unidade Especial da Autoridade de Proteção Civil</i>	<i>87,940</i>	<i>1.4%</i>	<i>124,614</i>	<i>-29%</i>
<i>Centro Formação da Autoridade de Proteção Civil</i>	<i>71,000</i>	<i>1%</i>	<i>87,220</i>	<i>-18%</i>
<i>SERVISU DE PROTEÇÃO CIVIL</i>	<i>17,800</i>	<i>0.3%</i>	<i>17,800</i>	<i>.0%</i>
Programa				
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1,339,343	17%	1,815,474	-26%
Subprogramas				



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

<i>Funcionamento Institucional</i>	35,840	3%	49,558	-27%
<i>Desenvolvimento Institucional</i>	1,303,503	97%	1,765,916	-26%

Fontes: Portal de Transparências e Desenvolvimentos Orçamentais: Despesas dos Serviços e Entidades por Programas e Atividades – p. 212.

5.5.6 Dotação Proposta OGE 2026 por categoria orgânica

Tabela 6 – Dotação por categoria orgânica

Autoridade da Proteção Civil				
Categoria orgânica	PPL OGE 2026		Comparação com OGE 2025	
	Dotação (\$,000)	Distribuição/ Fatia	Dotação (\$,000)	Variação (%)
Total	7,730,287	(%)	8,735,558	-11%
Gabinete do Presidente da Autoridade de Proteção Civil	209,100	3%	\$370,765.00	-43%
Comando Nacional de Operação de Proteção Civil	7,521,187	97%	\$8,364,793.00	-10%

Fontes: Portal de Transparência, 21 de outubro de 2025 e Livro Desenvolvimento Orçamentais – Estruturas por Programas, p.213.

AUTORIDADE DA PROTEÇÃO CIVIL

EXECUÇÃO OGE 2025 E PROPOSTA OGE 2026



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

Categoria Económica	OGE 2025			Proposta OGE 2026		
	Dotação	Execução	%	Dotação	Diferença	Var.
Total	8,735,558.00	5,477,523.56	76.2%	7,730,287	-1,005,271	-1
Salários e Vencimentos	4,617,203	3,709,505.75	80.3%	4,088,246	-528,957	-1
Salário e Abonos Regulares e Permanentes	3,916,491	3,709,505.75	82.8%	3,320,620	-595,871	-1
Abonos Variáveis e Eventuais	700,712	465,096.72	66.4%	767,626	+66,914	+9
Bens e Serviços	3,068,562	1,381,517.81	74.8%	2,877,041	-191,521	-6
Materiais Primas e Subsidiárias	645,284.60	69,772.50	62.5%	415,218	-230,066	-3
Vestuários e artigos pessoais	0.00	0.00	0.00	30,000	+30,000	+10
Bens Público	55,000	37,231.32	67.7%	89,880	+34,880	+6



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Alimentação	443,920	225,000.52	91.6%	454,200	+10,280	+2
Material Médico e Hospitalar	4,982.19	0.00	0.0%	10,000	+5,017.81	+10
Material de Escritório	63,000	62,890.40	99.8%	70,000	+7,000	+10
Combustível	138,558	138,465.60	99.9%	170,704	+32,146	+20
Produtos Químicos	18,000	0.00	0.0%	23,000	+5,000	+20
Peças e Ferramentas	287,318	0.00	0.0%	100,000	-187,318	-60
Manutenção	121,722	37,040.48	75.5%	95,232	-26,490	-20
Comunicações	140,000	102,919.55	99.8%	140,004	+4	0,00
Transportes	169,500	41,601.63	58.1%	90,000	-79,500	-40
Catering	90,528	52,769	61.5%	40,000	-50,528	-50
Ajudas de custo	574,315	440,950.70	78.3%	482,543	-91,772	-10

✓

Surh



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Serviços Profissionais	191,598.40	98,341.75	51.3%	295,260	+103,661.60	+5
Representação	53,248.50	2,081	3.9%	298,000	+244,751.50	+4
Publicação, cópia e impressão	0.00	0.00	.0%	3,000	+3,000	+1
Serviços Financeiros	35,117.81	23,114.36	65.8%	30,000	-5,117.81	-1
Outros Serviços Correntes	36,469.50	11,589	31.8%	40,000	+3,530.50	+9
Capital Menor	284,793	0.00	.0%	0.00	0.00	.0
Aquisição de Bens de Capital Móvel	284,793	0.00	.0%	0.00	0.00	.0
Transferências Públicas	0.00	0.00	.0%	765,000	+765,000	+1
Transferência para Famílias	0.00	0.00	.0%	765,000	+765,000	+1
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	.0%	0.00	0.00	.0
Aquisição de bens de capital fixo	0.00	0.00	.0%	0.00	0.00	.0

Livro: Desenvolvimentos Orçamentais; Despesas dos Serviços e Entidades por Classificação Económica - Página 110 e Portal de Transparência, 20 de outubro de 2025.

4

SM



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

**COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

5.6 Secretariado do G7+ (g7+)

Nada a assinalar.

5.7 Ministério do Interior

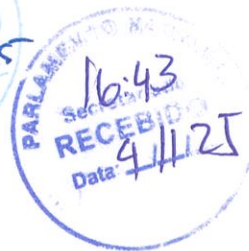
Nada a assinalar.

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

A DIPCEN
do seguimento.

11-25



Comissão de Finanças Públicas

Rua: Formosa Díli Timor Leste

Número contacto: 3339857/77471600/76713552

Excelentíssima,
Presidente do Parlamento Nacional
Sra. Deputada Maria Fernanda Lay

Data : 04 de novembro de 2025

N/Referência : 249/VI/3ª/Comissão C

Assunto : Relatório e Parecer setorial da Comissão B sobre a PPL n.º 23/VI/(3ª)
do OGE para 2026.

Senhora Presidente,

A Comissão de Finanças Públicas tem a honra de enviar a Vossa Excelência o Relatório e Parecer setorial da Comissão B sobre a PPL n.º 23/VI/ 3ª do OGE para 2026, que a Comissão recebeu.

Segue em anexo o Parecer setorial da Comissão B.

Aceite Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e consideração,

A Presidente da Comissão,

Deputada Cedelizia Faria dos Santos



PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR LESTE
SECRETARIADO

NOTA DE REENCAMINHAMENTO

DE : SEC - GERAL

PARA : PRESIDENTE DO PARLAMENTO NACIONAL

DATA : 4. /11 /2025

PARA PARECER	
PARA INFORMAÇÃO	
PARA APROVAÇÃO	
REQUER ACÇÃO IMEDIATA	
REQUER ACÇÃO	
PARA CONSIDERAÇÃO	
OUTROS (ver nota Manuscrita)	

--

